

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma - Os dados não financeiros e não contábeis, não foram auditados pelos auditores independentes

MSG ADM - Grupo Casas Bahia 4T25 e 2025

9º trimestre consecutivo de evolução da margem Ebitda

O quarto trimestre e o ano de 2025 marca mais um avanço relevante na trajetória de transformação do Grupo Casas Bahia, especialmente com a evolução da sua alavancagem, reduzida em R\$ 3,4 bilhões, sustentando o novo momento da Companhia. Adicionalmente, este foi o 2º ano consecutivo de melhoria da margem operacional, reforçando o compromisso contínuo com a rentabilidade e a sustentabilidade do negócio.

No ano de 2025, o GMV consolidado avançou R\$ 3,6 bilhões (+8,8% vs. 2024), totalizando R\$ 44,7 bilhões, o maior da história da Companhia. As lojas físicas cresceram 6,5%, enquanto o e-commerce core avançou 12,1%, com destaque para o 1P online (+9,5%) e para o marketplace (+16,1%).

Resiliência global em um ambiente macroeconômico desafiador

O cenário global segue marcado por incertezas econômicas e geopolíticas, combinadas às ainda elevadas taxas de juros no Brasil. Mesmo diante desse contexto, o Grupo Casas Bahia demonstrou resiliência e capacidade de execução, consolidando avanços estruturais que reforçam a confiança na trajetória de transformação, eficiência e crescimento sustentável. A Companhia permanece vigilante e preparada para navegar os desafios de 2026.

Transformação da Estrutura de Capital

Em agosto e dezembro de 2025, houve a conversão de parcela relevante das debêntures da 10ª emissão em ações ordinárias e debêntures mandatoriamente convertíveis. Como resultado, a Mapa Capital alcançou participação de 89,6% do capital social, com projeção de estabilização em torno de 69% ao final do cronograma e lock-up das conversões.

Considerando conversões efetivadas e programadas, bem como as renegociações realizadas, a dívida bruta foi reduzida em R\$ 3,0 bilhões no 4T25 em relação ao 3T25 e em R\$ 1,9 bilhão frente ao 4T24. Em relação à dívida líquida, a redução foi de R\$ 3,4 bilhões em relação ao 3T25 e de R\$ 1,3 bilhão frente ao 4T24, resultando no indicador de dívida líquida/Ebitda adj. de 0,4x vs. 1,9x, melhorando sequencialmente no trimestre.

Além disso, o Conselho de Administração foi ampliado para sete membros, incluindo três indicados pela Mapa, e novos representantes foram nomeados para comitês estratégicos. O fortalecimento da governança e da estrutura de capital estabelece bases sólidas para um novo ciclo de criação de valor.

Resultados Operacionais

O EBITDA ajustado atingiu R\$ 2,6 bilhões em 2025, com margem de 8,8%, evolução de 1,6 p.p. versus 4T24 - trimestralmente o 4T25 foi o nono trimestre consecutivo de expansão de margem. No ano, o EBIT somou R\$ 1,3 bilhão, com margem de 4,6%, crescimento de 163% frente ao mesmo período de 2024, refletindo alavancagem operacional e ganhos consistentes de eficiência. A margem bruta alcançou 30,5%, impulsionada pela dinâmica competitiva. O SG&A permaneceu estável, apesar da inflação de 4% e da alta de 6,1% na receita líquida, evidenciando rigor no controle de despesas e ganhos de produtividade.

O resultado financeiro foi de R\$ (3,7) bilhões, impactado pelo custo ainda elevado do CDI, resultando num LAIR de R\$ (2,3) bilhões no trimestre, maior em 68,6% em relação a 2024. Em 2025, mesmo com a retomada do crescimento de receita e a melhoria gradual da rentabilidade da Companhia, a alta taxa de juros - refletida no aumento do CDI médio de 10,84% em 2024 para 14,32% - pressionou o resultado financeiro, sendo o Prejuízo Líquido ajustado pelo IR diferido de R\$ (1,5) bilhão vs. R\$ (1,0) bilhão, um aumento de 47,2%.

Realização esperada de IR e da CSLL diferidos ativos

Em linha com a política contábil da Companhia, o Grupo realizou de forma conservadora uma revisão da recuperabilidade de seus ativos fiscais diferidos (IR/CSLL) em linha com projeções macroeconômicas mais desafiadoras dado o contexto de alta de juros, pressões inflacionárias e ambiente geopolítico. Contabilmente, o Prejuízo Líquido em 2025 foi de R\$ 2,988 bilhões, devido a fator não recorrente de R\$ 1,450 bilhão no IR Diferido, conforme nota explicativa 19 - item d das Demonstrações Financeiras. Importante destacar que o impacto do não possui efeito caixa e, da mesma forma, não altera ou deteriora a tese operacional da Companhia, que segue fortalecendo sua agenda de eficiência, rentabilidade e disciplina operacional.

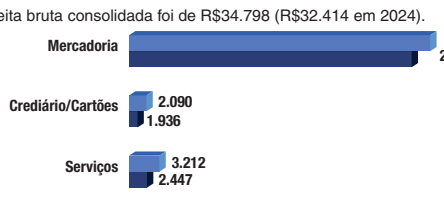
Considerações Finais

Os avanços estruturais dos últimos anos, somados ao crescimento consistente de receita, comprovam a solidez da estratégia e o foco na rentabilidade sustentável. A performance nas lojas físicas - nosso canal mais rentável - e o fortalecimento do digital, com foco em eficiência e experiência do cliente, seguem como pilares centrais do nosso modelo omnicanal.

Encerramos 2025 com resultados expressivos, que reafirmam a força da marca Casas Bahia, a resiliência do nosso modelo de negócio e o potencial de geração de valor da Companhia. Agradecemos a confiança dos clientes, o comprometimento dos colaboradores, a parceria dos fornecedores e o suporte das instituições financeiras e demais stakeholders. Seguiremos avançando com disciplina, visão de longo prazo e dedicação à construção de um futuro ainda mais sólido e próspero. Muito obrigado a todos!

Destaque financeiro e operacionais

Receita bruta
Em 2025, a receita bruta consolidada foi de R\$34.798 (R\$32.414 em 2024).



No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a receita bruta consolidada da Companhia apresentou crescimento de 7,4%. A receita bruta de mercadorias, que apresentou crescimento pelo quinto trimestre consecutivo, aumentou 7,1%. A receita de serviços cresceu 11,1%.

Já a receita de soluções financeiras cresceu 4,9%. A penetração de serviços e soluções financeiras em relação à receita líquida foi de 18,2%, refletindo a consistência das iniciativas para aumento de receita e rentabilidade do Plano de Transformação.

Nosso crediário segue sendo uma importante ferramenta de fidelização de nossos clientes e um diferencial competitivo, com penetração de 16,8% na receita bruta consolidada.

	31.12.2025	31.12.2024
Lojas físicas	23.519	22.296
Online	11.279	10.118
1P	10.315	9.294
3P	964	824

Receita bruta de vendas líquidas de devoluções e cancelamentos
No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, houve a abertura de 4 lojas, e encerramento de 26 lojas, totalizando 1.042 lojas.

	31.12.2025	31.12.2024
Lucro bruto	29.197	27.206
Lucro líquido	(20.298)	(18.829)
Margem bruta	8,909	8,377
Margem bruta	30,5%	30,8%

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o lucro bruto foi de R\$8.909, com margem bruta de 30,5%, redução de 0,3 p.p. em relação ao mesmo período de 2024.

Despesas com vendas, gerais e administrativas

	31.12.2025	31.12.2024
Despesas com vendas	(5.509)	(5.486)
Despesas gerais e administrativas	(1.124)	(1.195)
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(6.633)	(6.681)
As despesas com vendas, gerais e administrativas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 apresentaram uma redução de 0,7%, mesmo diante do crescimento da receita e inflação no período, com melhora de 1,9 p.p. em relação à receita líquida (22,7%).		

Resultado líquido

	31.12.2025	31.12.2024
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social (LAIR)	(2.344)	(1.677)
% Receita líquida	-6,0%	-6,2%
Imposto de renda e contribuição social	(644)	(532)
Prejuízo líquido	(2.988)	(1.045)
% Margem líquida	-10,2%	-3,8%
No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o LAIR foi de (R\$2.344). No período, dado a alta taxa de juros, apesar da retomada de crescimento de receita e melhora gradual da rentabilidade da Companhia, o prejuízo líquido foi de R\$2.988, sendo a margem líquida de (10,2%).		

Ciclo financeiro

	31.12.2025	31.12.2024
(+/-) Estoques	5.036	4.695
Dias estoques¹	90	91
(+/-) Fornecedores de mercadorias e Obrigações com Risco sacado (portal)	7.317	7.452
Obrigações com Risco sacado (convênio)	2.430	2.446
Fornecedores de serviços	1.103	637
Dias Fornecedores de serviços	131	144
Variação ciclo financeiro	41	53
(1) Dias em CMV		
Em termos de estoque, alcançamos o patamar de R\$5.036, e na comparação com 2024 apresentamos um aumento de R\$341 com intuito de capturar as maiores vendas no 4T25.		

Estrutura de capital

	31.12.2025	31.12.2024
(+) Crediário Casas Bahia	6.459	6.178
(-) Repasse para instituições financeiras ("CDCI")	(5.794)	(5.834)
Saldo líquido cartões - CDCI	665	344
Caixa e aplicações financeiras	(734)	(358)
Empréstimos e financiamentos - Circulante (*)	(272)	(3.711)
Endividamento bruto	(1.006)	(4.069)
Obrigações com Risco sacado (convênio)	(2.430)	(2.446)
FIDC's (cotas seniores)	(1.742)	-
Saldo líquido cartões CDCI + endividamento bruto + Obrigações com Risco sacado (convênio) + FIDC's (cotas seniores)	(4.513)	(6.171)
Caixa e aplicações financeiras	1.225	2.131
Administradoras de cartões de crédito	391	532
Outras contas a receber e contas a receber B2B	1.454	1.046
(=) Caixa e equivalentes de caixa (Gerencial)	3.070	3.709
Patrimônio líquido	2.774	2.477

(*) Não são considerados os saldos de Repasse para instituições financeiras ("CDCI")
O endividamento bruto da Companhia, para fins de covenants e entendimento de estrutura de capital, não considera Obrigações com Risco sacado (convênio) (nota explicativa nº 15). Repasse para instituições financeiras ("CDCI") (nota explicativa nº 16) e FIDC's (cotas seniores) (nota explicativa nº 6 (b)).

Capex

	31.12.2025	31.12.2024
Logística	28	11
Novas lojas	15	10
Reforma de lojas	57	10
Tecnologia	212	158
Outros	19	20
Total	331	191

Recursos humanos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui um quadro com 30.492 colaboradores e índice de rotatividade de 31,5% (32% no exercício findo em 31 de dezembro de 2024).

	31.12.2025	31.12.2024
Quantidade no início do exercício	31.799	37.958
Contratações	9.105	8.543
Desligamentos	(3.392)	(14.762)
Quantidade no fim do exercício	30.492	31.739

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram realizadas 634.429 de horas em treinamento, o que representa cerca de 4 horas em média de desenvolvimento por colaborador. Abaixo, estão algumas métricas, nos termos do Artigo 133, §6 da Lei 6.404/76:

Quantidade e proporção de mulheres contratadas, por níveis hierárquicos:

Nível de cargo	31.12.2025			31.12.2024		
	Colaboradores gênero feminino	Colaboradores gênero masculino	% Total	Colaboradores gênero feminino	Colaboradores gênero masculino	% Total
Conselho de administração	1	6	86%	7	1	20%
Conselho fiscal	-	3	100%	3	2	67%
Diretoria estatutária	1	4	80%	5	1	20%
Diretores	11	42	79%	53	6	18%
Gerentes	483	808	63%	1.291	468	34%
Coordenadores	102	158	61%	260	150	45%
Supervisores/Líderes	121	307	72%	428	116	28%
Especialistas	186	502	73%	688	201	27%
Operacionais	1.915	1.414	42%	3.329	1.782	59%
Comissionados	3.375	6.339	65%	9.714	3.528	36%
Aprendiz	6.181	7.124	54%	13.305	6.805	47%
Estagiários	609	798	57%	1.407	739	47%
	1	50%	2	-	-	-
	12.996	43%	17.506	57%	30.492	43%
	13.799	43%	17.940	57%	31.739	43%

Demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares:

Nível de cargo	31.12.2025				31.12.2024			
	Colaboradores gênero feminino	Colaboradores gênero masculino	Remuneração fixa	Remuneração variável	Colaboradores gênero feminino	Colaboradores gênero masculino	Remuneração fixa	Remuneração variável
Conselho de administração	100,00%	-	100,00%	-	100,00%	-	100,00%	-
Conselho fiscal	100,00%	-	100,00%	-	100,00%	-	100,00%	-
Diretoria estatutária	34,00%	66,00%	29,00%	71,00%	34,00%	66,00%	33,00%	67,00%
Diretores	49,00%	51,00%	47,00%	53,00%	49,00%	51,00%	47,00%	53,00%
Gerentes	79,80%	20,20%	78,60%	21,40%	80,80%	19,20%	78,00%	22,00%
Coordenadores	87,20%	12,80%	88,00%	12,00%	87,67%	12,33%	87,80%	12,20%
Supervisores/Líderes	94,67%	5,33%	94,00%	6,00%	94,67%	5,33%	94,00%	6,00%
Especialistas	86,67%	13,33%	86,60%	13,40%	87,00%	13,00%	86,60%	13,40%
Operacionais	96,20%	3,80%	96,33%	3,67%	95,67%	4,33%	95,86%	4,14%
Operacional	98,00%	2,00%	98,00%	2,00%	98,00%	2,00%	98,00%	2,00%
Comissionados	-	100,00%	-	100,00%	-	100,00%	-	100,00%
Aprendiz	100,00%	-	100,00%	-	100,00%	-	100,00%	-
Estagiários	100,00%	-	100,00%	-	100,00%	-	100,00%	-
	78,89%	21,11%	78,27%	21,73%	78,98%	21,02%	78,48%	21,52%

Destaque ESG



AMBIENTAIS

Energia Renovável: Meta segue avançando, tendo atingido, no período, 88,63% de energia adquirida de fontes renováveis. Até o fim de 2025, a Companhia Casas Bahia mantém o objetivo de alcançar 90% de energia renovável de todo consumo de lojas/CD's e sedes que estão sob sua gestão.

Programa de Reciclagem REVIVA: Destinou cerca de 748 toneladas de resíduos para reciclagem, beneficiando 11 cooperativas parceiras. Além disso, foi coletada 1 tonelada de resíduos eletroeletrônicos para descarte adequado e reciclagem, a partir dos 749 coletores de eletroeletrônicos instalados nas lojas físicas e operações do Grupo.

Economia Circular: Ao longo do trimestre, o nosso Departamento de Assistência Técnica (DAT) conseguiu recuperar 96,3% das mercadorias devolvidas entre eletroeletrônicos, linha branca e móveis. O que representa 2.933 ton de mercadorias que passaram por avaliação, manutenção e testes de qualidade sendo comercializadas em nossas lojas de saldo, aumentando o tempo de vida útil dos itens, diminuindo a geração de resíduos e por consequência a extração de materiais para a produção de novos produtos.



SOCIAL - DIVERSIDADE

Programa Dedicado Também é Respeitar - Combate ao Assédio e Discriminação
Lançamento do programa Dedicado Também é Respeitar - Combate ao Assédio e Discriminação. A iniciativa consolida os pilares de ética e integridade como valores essenciais da nossa cultura, reforçando nosso papel na promoção de um ambiente de trabalho saudável e seguro para todas as pessoas.

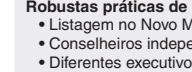
- Entre as ações estruturantes implementadas, destacam-se:
 - Capacitação de mais de 200 lideranças, incluindo gerentes executivos, diretores e Direx;
 - Distribuição de Guia de Bolso com orientações práticas sobre prevenção de assédio e discriminação;
 - Campanhas internas de letramento e engajamento contínuo;
 - Exibição de episódios semanais na DTV, alcançando 100% dos colaboradores da companhia com conteúdo educativo;
 - Engajamento ativo das lideranças no desdobramento do tema com suas equipes, reforçando a responsabilidade compartilhada por um ambiente respeitoso e acolhedor.



SOCIAL - FUNDAÇÃO CASAS BAHIA

Protagonismo Jovem: Formamos 11.041 jovens na modalidade Plataforma e 300 no Proprofissão. Do número global, contratamos 75 jovens do Instituto PROA.

Fomento à Empreendedorismo: Formamos 1.500 mulheres empreendedoras nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia e no Distrito Federal, e seguimos na seleção daquelas que se interessaram em trabalhar no Grupo Casas Bahia.



GOVERNANÇA

Robustas práticas de Governança Corporativa:

- Listagem no Novo Mercado;
- Conselheiros independentes em seus colegiados;
- Diferentes executivos como CEO e Presidente do Conselho de Administração;
- Comitê Estatutário de Auditoria, Riscos e Compliance.

Eleição da Diretoria: Reeleição da diretoria estatutária, conforme reunião do conselho de administração de 30/04.

Programa de Integridade: fortalecemos a manutenção das pautas de comunicação e cultura de Auditoria, Riscos e Compliance. Executamos a 3ª Semana de Ética e Integridade do Grupo no último trimestre de 2025, com abrangência nacional divulgando os temas do Código de Conduta Ética do Grupo. Reforcamos nosso Programa de Proteção à Propriedade Intelectual e Combate à Pirataria por meio de parceria com a Associação Brasileira de TV por Assinatura. Obtivemos um reconhecimento inédito do IIA Brasil (IIA May Brasil 2025) pela realização da Semana de Auditoria Interna e Riscos. Fomos finalistas do Leaders League Compliance Summit & Awards Brasil. Lançamos o nosso programa de embaixadores de integridade (Ecos de Integridade) e a nossa agenda de inteligência artificial para disseminação de conhecimento em GRC (SoIA).

Dupla Materialidade: Início do estudo de dupla materialidade do Grupo com envolvimento da alta liderança, conselheiros e demais partes interessadas.

Índices de Mercado: Reporte ao CDP Clima e ao ICO2 B3 em conformidade com o cronograma de cada iniciativa, garantindo a transparência das informações sobre mudanças climáticas.

Investimentos em coligadas e controladas

A Companhia faz parte de um grupo econômico do qual participam 14 (quatorze) sociedades controladas (participação direta e indireta) e 1 (uma) sociedade coligada.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia celebrou contrato para alienação da totalidade de sua participação na Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("FC") e no Banco Invest Cred Unibanco S.A. ("BINV"), vide nota explicativa 11 e contrato de venda da controlada Celer Processamento Comércio e Serviço Ltda. ("BanQi Pagamentos").

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não realizou investimentos em aquisição de participação societária.

Política de distribuição de dividendos

O estatuto social da Companhia prevê dividendos não inferiores a 25% do lucro líquido anual, ajustado em 5% representando a constituição de reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado.

Composição acionária

	31.12.2025	31.12.2024
Domus VII Participações S.A.	558.791	558.791
Goldentree Fundo de Investimentos em Ações	7.462	7.462
TwinsFund Fundo de Investimento Multimercado CP	6.604	6.604
EK-VV Limited	3.279	3.279
Michael Klein	1.961	1.603
BlackRock	-	41
Outros</		



GRUPO CASAS BAHIA S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ: 33.041.260/0652-90



*continuação

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025					
Em milhões de reais					
	Controladora		Consolidado		
	Notas	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Prejuízo do exercício		(2.988)	(1.045)	(2.988)	(1.045)
Ajustes em Depreciação e amortização	12, 13 e 21	997	1.038	1.037	1.072
Equivalência patrimonial	11	(170)	(16)	(66)	(66)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	661	(655)	(620)	(665)
Juros, variações monetárias e modificação de dívida, líquidos		1.207	1.112	1.952	1.132
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, líquidas de reversões		62	751	75	784
Provisões para demandas judiciais outras, líquidas de reversões		(169)	(14)	(179)	(16)
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa		1.125	1.009	1.286	1.037
Perda estimada do valor recuperável líquido dos estoques	8	52	36	53	39
Perda com alienação de ativo imobilizado e intangível					
Baixa de direito de uso e passivo de arrendamento	21	(7)	(2)	(7)	(2)
Reciclagem de ativos		(227)	(233)	(225)	(232)
Remuneração baseada em ações	23.4(c)	8	21	8	23
Outros		32	7	24	28
Lucro líquido do período ajustado		596	1.986	1.606	2.066
Variações no capital circulante					
Contas a receber		(1.780)	(2.128)	(1.976)	(2.100)
Estoques		(381)	(372)	(394)	(381)
Tributos a recuperar		114	868	(61)	843
Depósitos judiciais		(477)	(420)	(485)	(436)
Despesas antecipadas		(89)	(24)	(75)	(22)
Outros ativos		(17)	(29)	—	(100)
Partes relacionadas		1.537	630	19	24
Fornecedores	14	15.184	11.213	15.186	11.208
Obrigações com Risco sacado (portal)	15	(93)	—	(93)	—
Tributos a pagar		1.027	29	1.096	36
Obrigações sociais e trabalhistas		(23)	89	(14)	127
Reciclagem de ativos		(120)	(300)	(120)	(381)
Repasso a terceiros		528	145	523	127
Demandas judiciais - Trabalhistas	20 (c)	(359)	(759)	(383)	(785)
Demandas judiciais - Outras	20 (c)	(102)	(72)	(102)	(72)
Outros passivos		378	142	391	140
Imposto de renda e contribuição social pagas		—	—	(91)	101
Dividendos recebidos de investidas	11	—	—	—	—
Variação no ativo e passivos operacionais		15.327	8.742	13.523	8.329
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		15.923	10.728	15.129	10.395
Fluxo de caixa de atividades de investimento					
Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	12 e 13	(245)	(213)	(265)	(233)
Alienação de bens do ativo imobilizado e intangível	12 e 13	11	9	11	9
Aumento de capital em subsidiária	11	(17)	(114)	—	—
Contribuição em FIDC's (cotas subordinadas)	6 (b)	(559)	—	—	—
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(810)	(318)	(254)	(224)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento					
Captações	10 e 16	12.763	9.024	11.681	9.024
Pagamento de principal - Empréstimos e financiamentos	10 e 16	(11.638)	(8.277)	(11.641)	(8.277)
Pagamentos de juros - Empréstimos e financiamentos	10 e 16	(1.565)	(969)	(1.093)	(969)
Pagamentos de principal - Passivo de arrendamento	21	(554)	(588)	(561)	(591)
Pagamentos de juros - Passivo de arrendamento	21	(446)	(445)	(451)	(450)
Pagamentos de Obrigações com Risco sacado (convênio)	15	(14.844)	(9.598)	(14.844)	(9.598)
Pagamentos de Obrigações com Risco sacado (convênio) - FIDC's		(27)	—	—	—
Captações FIDC's, líquidas de resgates (cotas seniores)	6 (b)	—	—	1.128	248
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(16.311)	(10.853)	(15.781)	(10.613)
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa		(1.198)	(443)	(906)	(442)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	5	2.082	2.525	2.131	2.573
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	5	884	2.082	1.225	2.131
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa		(1.198)	(443)	(906)	(442)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025					
Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma					
	Controladora		Consolidado		
	Notas	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Receitas					
Venda de mercadorias e serviços		33.693	31.337	33.949	31.484
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa		34.550	32.249	34.945	32.414
Outras receitas		57	13	67	13
Ativos desenvolvidos pela empresa para o próprio uso		211	84	223	94
Insumos adquiridos de terceiros		(28.839)	(26.028)	(28.346)	(25.464)
Custo de mercadorias e serviços vendidos		(23.320)	(21.380)	(23.007)	(21.050)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(5.349)	(4.506)	(5.169)	(4.267)
Recuperação (perda) de valores ativos		(172)	(49)	(173)	(52)
Outros		2	(93)	3	(95)
Valor adicionado bruto	12, 13 e 21	4.854	5.309	5.603	6.020
Depreciações e amortizações		(997)	(1.038)	(1.037)	(1.072)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		3.857	4.271	4.566	4.948
Valor adicionado recebido em transferência		836	477	605	537
Resultado de equivalência patrimonial	11	170	16	66	67
Receitas financeiras	27	666	461	539	471
Valor adicionado total a distribuir		4.693	4.748	5.171	5.485
Distribuição do valor adicionado		2.123	2.858	2.703	3.470
Remuneração direta		1.559	1.631	2.031	2.123
Benefícios		200	206	240	248
FGTS		137	165	176	209
Demandas judiciais trabalhistas		225	812	231	824
Outras despesas com pessoal		2	2	4	66
Impostos, taxas e contribuições		1.282	217	1.321	348
Federais		885	(326)	943	(216)
Estaduais		279	426	232	422
Municipais		120	117	146	142
Remuneração de capital de terceiros		4.274	2.718	4.135	2.712
Juros	27	4.359	2.660	4.226	2.658
Outros		55	65	58	66
Outros (FIDC's)		(169)	(7)	(149)	(12)
Remuneração de capitais próprios		(2.988)	(1.045)	(2.988)	(1.045)
Prejuízo do exercício		(2.988)	(1.045)	(2.988)	(1.045)
Valor adicionado total distribuído		4.693	4.748	5.171	5.485

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional:
O Grupo Casas Bahia S.A., diretamente ou por meio de suas controladas ("Companhia" ou "Grupo Casas Bahia"), listada no segmento especial denominado Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sob o código BHIA3, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo - Brasil. O Grupo Casas Bahia S.A. é um varejista omnicanal de alcance nacional no Brasil, servindo a milhões de consumidores em suas lojas físicas e e-commerce (B2C e marketplace), por meio das marcas Casas Bahia, Ponto Frio, Extra.com.br. As soluções financeiras do Grupo Casas Bahia atendem milhões de clientes através de seu próprio modelo de crédito (buy now, pay later), seu marketplace com mais de 175 mil parceiros (sellers) e mais de 91 milhões de SKUs, oferecendo soluções e serviços, como o fulfillment, utilizando a rede logística de operação nacional da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava capital circulante líquido negativo, individual e consolidado, passivo circulante maior que o ativo circulante, nos montantes de R\$10.763 e de R\$ 7.419, respectivamente, prejuízo acumulado de R\$7.297 e prejuízo líquido no exercício de R\$2.988 (R\$1.045 em 2024), decorrente, substancialmente, do resultado financeiro consolidado negativo de R\$3.687 (R\$2.187 em 2024). O lucro antes do resultado decorrente do referido ajuste contábil. Os fluxos financeiros dessas operações, portanto, não realizam o fluxo de caixa. Como resultado desse processo, observou-se redução relevante nos níveis de alavancagem financeira da Companhia, contribuindo para o fortalecimento de sua estrutura de capital e ampliando sua capacidade de acesso a fontes adicionais de financiamento. Adicionalmente, a Companhia é parcialmente financiada por meio de estruturas financeiras típicas do setor de varejo, incluindo operações com fundos de investimento em direitos creditórios (FIDCs), antecipação de recebíveis e estruturas de risco sacado. Essas operações permitem a monetização de ativos operacionais, principalmente recebíveis originados das operações de crédito ao consumidor, contribuindo para a gestão da liquidez e para o financiamento do ciclo operacional. Determinados ativos operacionais são apresentados nas demonstrações financeiras com base em critérios contábeis que não refletem integralmente sua dinâmica de realização financeira. Os estoques, por exemplo, são registrados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido, totalizando R\$5.036 em 31 de dezembro de 2025, não representando o seu valor de venda. De forma similar, parte substancial do saldo de contas a receber decorrente das operações de crédito (CDC) encontra-se registrada pelo valor líquido do ajuste a valor presente, considerando a taxa de juros implícita. Em 31 de dezembro de 2025, esses recebíveis estavam apresentados no ativo circulante pelo valor contábil de R\$4.117, bruto de PECLD, enquanto o valor bruto mercantil correspondente totalizava R\$ 5.842 (R\$ 7,1), diferença decorrente do referido ajuste contábil. Os fluxos financeiros dessas operações, portanto, não realizam o fluxo de valor bruto contratual ao longo do prazo das operações. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia efetuou o pagamento integral de obrigação financeira no montante de R\$146, então classificada na rubrica empréstimos e financiamentos, no passivo circulante. Conforme divulgado na nota nº 32 - Eventos Subsequentes, a Companhia também obteve aprovação de conversão de parte do saldo de obrigações com risco sacado (convênio), no valor de R\$1.426, para uma CCB ou Nota Comercial, com prazo de dois anos, que será classificada no passivo não circulante em função de seu novo prazo de vencimento. Esses eventos contribuem para a melhoria do perfil de vencimento da dívida da Companhia. A Companhia também vem apresentando evolução positiva em seus indicadores operacionais, incluindo crescimento de vendas e ganho de participação de mercado em determinados segmentos relevantes de atuação. Nesse contexto, firmou parceria estratégica de longo prazo com o Mercado Livre, iniciativa que reforça seu posicionamento competitivo e contribui para o fortalecimento de sua estratégia comercial e digital. A Administração também considera, em suas análises prospectivas, o ambiente macroeconômico e as perspectivas para o setor de varejo. Embora o cenário ainda apresente desafios, projeções de mercado indicam expectativa de redução gradual das taxas de juros nos próximos períodos, o que tende a favorecer o consumo e o crédito ao consumidor. Adicionalmente, eventos previstos para os próximos períodos, como a realização da Copa do Mundo e medidas econômicas que podem ampliar a renda disponível da população incluindo iniciativas relacionadas à ampliação da faixa de isenção do imposto de renda podem contribuir positivamente para a dinâmica de consumo e para o desempenho do setor varejista. Considerando o conjunto desses fatores, incluindo o

reperilamento de sua estrutura de capital, a redução da alavancagem financeira, as características operacionais de seu modelo de negócios, a capacidade de geração de caixa de suas operações e as iniciativas de otimização implementadas a Administração entende que a Companhia possui capacidade de gerar e/ou acessar recursos financeiros suficientes para cumprir suas obrigações no curso normal de suas operações. **1.1. Transações e eventos significativos: 1.1.1. Reperilamento do 10º Emissão e Celebração da 11ª Emissão de Debêntures:** Em 29 de dezembro de 2025, a Companhia concluiu o processo de reperilamento da sua estrutura de capital mediante a celebração da 11ª emissão de debêntures, em substituição parcial às debêntures da 10ª emissão. A 11ª emissão foi estruturada em quatro séries, sendo duas não conversíveis e duas conversíveis em ações, totalizando R\$ 2.408. Nos termos do CPC 48 (IFRS 9), a Companhia avaliou se as alterações contratuais decorrentes do reperilamento conferiam modificação substancial de classificação do passivo financeiro original. Com base nessa avaliação, a Companhia concluiu que a operação configurou modificação substancial, resultando na extinção contábil da 10ª emissão e reconhecimento da 11ª emissão como novos instrumentos financeiros. Principais impactos contábeis: Como consequência da extinção proporcional da 10ª emissão e reconhecimento da 11ª emissão: • foi reconhecido no resultado do exercício ganho (perda) na reestruturação de dívida, correspondente à diferença entre o valor contratual anterior e o novo valor contratual e entre valor contábil dos passivos extintos e o valor justo dos novos instrumentos reconhecidos; • custos diretamente atribuíveis à operação foram apropriados ao resultado, conforme CPC 48; • foram reconhecidos instrumentos patrimoniais no Patrimônio Líquido, relativos à 2ª série (mandatária e conversível) e ao componente patrimonial da 3ª série (opção de conversão); • parcela da 3ª série com pedido formal de conversão foi reclassificada para o Patrimônio Líquido, permanecendo como ações a emitir até a formalização societária. A operação resultou, portanto, em impacto simultâneo no resultado do exercício e na estrutura patrimonial da Companhia. Os detalhes contratuais e a classificação contábil das séries da 11ª emissão estão apresentados nas notas explicativas nº 16 - Empréstimos e Financiamentos e na nota nº 23 - Patrimônio Líquido. **1.1.2. Reforma tributária:** A Companhia acompanha de perto a evolução da Reforma Tributária aprovada pela Emenda Constitucional nº 132/2023 que promoveu alterações relevantes no sistema tributário nacional, através da unificação dos principais tributos sob o consumo em dois novos tributos sobre valor agregado: CBS e IBS. Até a data de aprovação das Demonstrações Financeiras, a regulamentação infraconstitucional encontra-se em andamento e ainda não há definição conclusiva quanto a aspectos essenciais para a mensuração segura dos efeitos da Reforma Tributária, tais como regras da transição, detalhamento dos regimes específicos de tributação, split payment, entre outros procedimentos operacionais. Diante desse cenário, a Administração concluiu que não existem, nesta data, elementos suficientes para mensuração confiável de impactos contábeis que demandem reconhecimento ou divulgação específica nas Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025. A Companhia continuará monitorando a evolução normativa e avaliará oportunamente os eventuais efeitos nas Demonstrações Financeiras de períodos futuros quando houver base legal adequada para sua mensuração. **1.1.3. Efeito da lei complementar 224/2025:** A Lei Complementar nº 224/2025, publicada em 26 de dezembro de 2025, promoveu alterações relevantes na política federal de incentivos fiscais, com impacto transversal sobre diversos setores econômicos. A norma estabelece a redução em 10% dos benefícios fiscais federais de maneira linear, além de reforçar critérios relacionados à governança, temporalidade e avaliação periódica para concessão, manutenção e renovação de incentivos tributários. Adicionalmente, a referida legislação promoveu a majoração das alíquotas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) aplicáveis às instituições de pagamento, sociedades de crédito, fintechs e outras entidades do mercado financeiro, de maneira gradual até 2028, com vigência a partir de 1º de abril de 2026. O aumento gradual da alíquota da CSLL ocorrerá da seguinte forma: • instituições de pagamento, administradoras de mercado de balcão organizado, bolsas de valores, de mercadorias e de futuros, e entidades de liquidação e compensação: 12% de 1º de abril de 2026 até o fim de 2027 e 15% a partir de 2028. • Sociedades de crédito, financiamento e investimentos: 17,5% de 1º de abril de 2026 até o fim de 2027 e 20% a partir de 2028. • Distribuidoras de valores mobiliários (corretoras de câmbio e de valores mobiliários, sociedades de crédito imobiliário, administradoras de cartões de crédito, sociedades de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito e associações de poupança e empréstimo): 15% a partir de 1º de abril de 2026. • Bancos: 20% a partir de 1º de abril de 2026. Em virtude das alterações mencionadas acima, a Companhia realizou uma mensuração preliminar de impactos fiscais diferidos das instituições de pagamento, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Dessa forma, o IFRJ e CSLL diferidos sobre os diferendos temporários que se espera serem revertidos após 1º de abril de 2026, já refletem as novas alíquotas progressivas e o efeito total do ajuste está reconhecido no resultado desse exercício.

2. Apresentação e elaboração das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

2.1. Base de elaboração, apresentação e declaração de conformidade: As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as *International Accounting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* ("IASB") e, também, pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e evidenciam todas as informações relevantes, próprias das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, e outras transações assim utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Base de mensuração e moeda funcional e de apresentação das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas:** As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas adotam o Real ("R\$") como moeda funcional e de apresentação, sendo demonstradas em milhões de R\$. Essas informações foram preparadas baseadas no custo histórico de cada transação, exceto por determinados instrumentos financeiros e remuneração baseada em ações mensurados pelos seus valores justos. **2.3. Declaração de conformidade:** A autorização para emissão das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi concedida pelo Conselho de Administração da Companhia em 11 de março de 2026. **2.4. Declaração de relevância:** A Administração da Companhia aplica a orientação técnica OPCP 7, atendendo aos requerimentos mínimos e, ao mesmo tempo, divulgando somente informações relevantes, que auxiliem os leitores na tomada de decisões. **2.5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais:** Na elaboração das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou estimativas e julgamentos em áreas onde não há certeza e não realizará adoção voluntária. **Emissão da norma IFRS 18 - Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras:** Estabelece os requerimentos para apresentação e divulgação do propósito geral das Demonstrações Financeiras para assegurar que sejam fornecidas informações relevantes que representem fielmente os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas nas seguintes categorias: atividades operacionais, de investimento, de financiamento, tributos sobre o lucro e operações descontinuadas. Adicionalmente, a norma determina a divulgação, por meio de notas explicativas, de medidas de desempenho definidas pela administração - subtotais de receitas e despesas que não estão especificadas na minuta ou em outros pronunciamentos, interpretações ou orientações emitidas pelo CPC - mas que são utilizados em comunicações públicas para expressar a perspectiva da administração sobre determinados aspectos do desempenho financeiro da entidade. A norma também introduz novos princípios para a agregação e desagregação das informações, tanto na apresentação das demonstrações financeiras quanto nas respectivas notas explicativas. A norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia está avaliando os requisitos e se preparando para implantar essa alteração. **Emissão da norma IFRS 18 - Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras:** Estabelece os requerimentos para apresentação e divulgação do propósito geral das Demonstrações Financeiras para assegurar que sejam fornecidas informações relevantes que representem fielmente os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas nas seguintes categorias: atividades operacionais, de investimento, de financiamento, tributos sobre o lucro e operações descontinuadas. Adicionalmente, a norma determina a divulgação, por meio de notas explicativas, de medidas de desempenho definidas pela administração - subtotais de receitas e despesas que não estão especificadas na minuta ou em outros pronunciamentos, interpretações ou orientações emitidas pelo CPC - mas que são utilizados em comunicações públicas para expressar a perspectiva da administração sobre determinados aspectos do desempenho financeiro da entidade. A norma também introduz novos princípios para a agregação e desagregação das informações, tanto na apresentação das demonstrações financeiras quanto nas respectivas notas explicativas. A norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia está avaliando os requisitos e se preparando para implantar essa alteração.

3. Pronunciamentos e interpretações revisados emitidos e ainda não adotados

3.1. Normas novas ou alterações emitidas e ainda não aplicáveis: A Companhia pretende adotar as normas, se aplicável, quando estas entrarem em vigor. Os impactos da adoção das normas listadas abaixo estão sendo avaliadas: **Alterações das normas IFRS 9 (CPC 48) IFRS 7 (CPC 40) - Alterações de classificação e mensuração de instrumentos financeiros:** A Administração entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026 e a Companhia não prevê impactos em seus saldos contábeis. **Emissão da norma IFRS 5/ICBSP1 - Divulgações gerais:** Estabelece os requisitos gerais para uma empresa divulgar informações sobre os seus riscos e oportunidades relacionados com a sustentabilidade. Essa norma prevê a elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, com base nas normas do *International Sustainability Standards Board* ("ISSB"). As alterações entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia está avaliando os requisitos e se preparando para implantar essa alteração e não realizará adoção voluntária. **Emissão da norma IFRS 18 - Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras:** Estabelece os requerimentos para apresentação e divulgação do propósito geral das Demonstrações Financeiras para assegurar que sejam fornecidas informações relevantes que representem fielmente os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas nas seguintes categorias: atividades operacionais, de investimento, de financiamento, tributos sobre o lucro e operações descontinuadas. Adicionalmente, a norma determina a divulgação, por meio de notas explicativas, de medidas de desempenho definidas pela administração - subtotais de receitas e despesas que não estão especificadas na minuta ou em outros pronunciamentos, interpretações ou orientações emitidas pelo CPC - mas que são utilizados em comunicações públicas para expressar a perspectiva da administração sobre determinados aspectos do desempenho financeiro da entidade. A norma também introduz novos princípios para a agregação e desagregação das informações, tanto na apresentação das demonstrações financeiras quanto nas respectivas notas explicativas. A norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia está avaliando os requisitos e se preparando para implantar essa alteração.

4. Principais políticas contábeis

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas utilizando informações do Grupo Casas Bahia e de suas controladas na mesma data-base, bem como, políticas e práticas contábeis consistentes. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas, consistentes com aquelas utilizadas na controladora. **4.1. Consolidação:** As Demonstrações Financeiras consolidadas consideram investimentos em: Participações societárias classificadas em Investimentos (nota explicativa nº 11) e Fundos de investimentos classificados em "Títulos e valores mobiliários" (nota explicativa nº 6). A Companhia possui cotas subordinadas dos FIDC's, o que a deixa substancialmente exposta aos riscos e benefícios relacionados aos FIDC's, por isso, suas informações financeiras estão consolidadas nas informações financeiras do Grupo Casas Bahia, vide detalhes na nota explicativa nº 6 (b). Na elaboração das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, foram utilizadas informações financeiras das controladas encerradas na mesma data-base e consistentes com as políticas contábeis da Companhia. Consequentemente, as coligadas e controladas que apresentam suas Demonstrações Financeiras de acordo com práticas contábeis distintas à da Controladora, sempre que necessário, são realizadas ajustes para adequar as políticas contábeis da Companhia. As empresas que compõem a consolidação da Companhia são:

Controladas	31.12.2025		31.12.2024	
	Participação	Participação	Participação	Participação
Asap Log - Logística e Soluções Ltda. ("Asap Logística")	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
BanQi - Cartões Institucionais de Pagamento Ltda. ("BanQi Adm.")	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
BanQi Instituição de Pagamento Ltda. ("BanQi")	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
BNQI Sociedade de Crédito Direto S.A. ("BNQI")	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Casas Bahia Tecnologia Ltda. ("CB Tecnologia")	18,28%	81,72%	16,19%	83,81%
Corp Processamento Comércio e Serviço Ltda. ("BanQi Pagamentos") (i)	—	100,00%	—	100,00%
Onova Comércio Eletrônico S.A. ("Onova")				

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 - Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

não é uma demonstração prevista, nem obrigatória conforme as IFRS. Tal demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Demonstrações Financeiras, registros complementares e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custos das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes sobre o valor da aquisição, dos efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. As demais políticas contábeis significativas estão divulgadas nas respectivas notas explicativas.

5. Caixa e equivalentes de caixa

a) Política contábil: Compreendem o caixa e as aplicações de curto prazo, de alta liquidez, imediatamente conversíveis em valores em dinheiro e sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor, com intenção e possibilidade de serem resgatados no curto prazo com o próprio emissor.

b) Composição dos saldos:

Taxa média ponderada (a.a.)	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
98% CDI	451	1.899	760	1.930
7,07% CDI	10	39	14	43
	884	2.082	1.225	2.131

Caixa e contas bancárias

Aplicações financeiras compromissadas

Aplicações financeiras automáticas (i)

Caixa e equivalentes de caixa

(i) Referem-se a aplicações dos recursos disponíveis em conta corrente com rentabilidade diária atrelada à taxa CDI, resgatados automaticamente no primeiro dia útil seguinte ao da aplicação (D+1).

6. Títulos e valores mobiliários

a) Política contábil: Compreendem o caixa e as aplicações de curto prazo, de alta liquidez, imediatamente conversíveis em valores em dinheiro e sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor, com intenção e possibilidade de serem resgatados no curto prazo com o próprio emissor. A Companhia participa de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDCs"), constituídos nos termos da regulamentação aplicável da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com o objetivo de adquirir direitos creditórios originados nas operações comerciais e financeiras do Grupo, especialmente créditos decorrentes de vendas a prazo e financiamento ao consumidor. A Companhia mantém participação em fundos de investimento em direitos creditórios e veículos estruturados ("FIDCs"), constituídos e regulados nos termos da regulamentação aplicável da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), incluindo a Resolução CVM nº 175 e regulamentação correlata. Esses veículos têm como finalidade, em geral, a aquisição de direitos creditórios originados no curso das operações do Grupo, incluindo recebíveis comerciais e financeiros, sendo utilizados como instrumentos de gestão de capital de giro e estruturação de financiamento. Os FIDCs podem possuir diferentes classes e séries de cotas (seniores e subordinadas), sendo as cotas subordinadas, usualmente, as primeiras a absorver eventuais perdas da carteira de direitos creditórios. A Companhia avalia periodicamente seu envolvimento com tais veículos e a existência de controle, nos termos do CPC 36 (IFRS 10), bem como as divulgações aplicáveis a entidades estruturadas, nos termos do CPC 45 (IFRS 12). A avaliação quanto à consolidação dos FIDCs é realizada com base nos critérios estabelecidos pelo CPC 36 (IFRS 10) - Demonstrações Consolidadas, considerando: (i) o poder da Companhia sobre as atividades relevantes do Fundo; (ii) sua exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com o Fundo; e (iii) sua capacidade de utilizar seu poder para afetar o valor desses retornos.

b) Composição dos saldos:

Taxa média ponderada (a.a.)	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
	1.090	203	-	-
100% da SELIC	296	258	296	283
100% do CDI	18	8	18	283
	1.404	461	314	283
	1.992	917	2	2
	1.090	-	-	-

Títulos e valores mobiliários

Circulante

Não circulante

c) Informações adicionais sobre os FIDCs:

A Companhia consolida as demonstrações financeiras dos respectivos FIDCs, tendo em vista que exerce controle sobre as principais decisões operacionais e quais os riscos e benefícios significativos do fundo, no contexto da consolidação, correspondendo ao valor devido aos cotistas seniores do fundo, os quais têm preferência no recebimento dos recursos originados pela carteira de direitos creditórios adquiridos pelos FIDCs. Essas cotas representam uma obrigação para a Companhia e o seu saldo é apresentado no passivo não circulante no grupo de Outros Passivos nas demonstrações financeiras consolidadas. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo registrado em Outros Passivos referente às cotas seniores totalizava R\$1.742 (R\$269 em 31 de dezembro de 2024).

Investimento da Companhia

Operação	Quantidade de cotas (Em unidades)	Participação no Patrimônio líquido		Valor das cotas (Reais por cota)	31.12.2025
		31.12.2025	31.12.2024		
FIDC IBCB	366.669	51,75%	2.126	780	780
FIDC CBSB	33.089	49,62%	2.299	76	76
FIDC FEEDER	21.119	99,97%	2.063	43	43
FIDC RED ASSET	1.500	100,00%	1	1	1
FIDC RIZA	113.500	21,51%	1.075	122	122
FIDC JIVE	63.579	19,57%	1.033	66	66
FIDC IBCB BS	1.992	100,00%	917	2	2
	601.448		9.594	1.090	1.090

FIDC's	31.12.2024		Aportes		Resultados		31.12.2025
	31.12.2024	31.12.2024	31.12.2024	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2025	
FIDC IBCB	178	339	263	780	780	780	780
FIDC CBSB	24	10	42	76	76	76	76
FIDC FEEDER	1	27	15	43	43	43	43
FIDC RED ASSET	-	2	(1)	1	1	1	1
FIDC RIZA	-	113	9	122	122	122	122
FIDC JIVE	-	66	6	66	66	66	66
FIDC IBCB BS	-	2	2	2	2	2	2
	203	559	328	1.090	1.090	1.090	1.090

FIDC's	31.12.2024		Aportes		Resultados		31.12.2025
	31.12.2024	31.12.2024	31.12.2024	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2025	
FIDC IBCB	269	243	215	727	727	727	727
FIDC CBSB	-	85	62	(70)	77	77	77
FIDC FEEDER	-	1	1	(1)	1	1	1
FIDC RED ASSET	-	420	25	-	445	445	445
FIDC RIZA	-	262	8	-	270	270	270
FIDC JIVE	-	145	22	(20)	147	147	147
FIDC CASAS BAHIA	-	75	12	(11)	76	76	76
FIDC EP BANQI	-	269	1.230	345	(102)	1.742	1.742

IBCB-AF01 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC IBCB"): O FIDC IBCB foi constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado, nos termos da regulamentação aplicável da Comissão de Valores Mobiliários. O Fundo tem por objetivo a aquisição e gestão de direitos creditórios originados no âmbito das operações do Grupo, especialmente aqueles decorrentes de vendas a prazo e operações de financiamento ao consumidor, observados os critérios de elegibilidade definidos em regulamento. A estrutura contempla emissão de cotas seniores e subordinadas, sendo as cotas subordinadas responsáveis pela absorção inicial de perdas da carteira. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia detinha 51,75% do patrimônio líquido do Fundo por meio de cotas subordinadas. CBSB Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC CBSB"): O FIDC CBSB foi constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo de duração indeterminado, prevendo amortizações periódicas de cotas conforme regulamento. O Fundo tem por objetivo a aquisição de direitos creditórios vinculados às operações do Grupo, observando critérios de elegibilidade e concentração definidos em regulamento. Sua estrutura contempla classes de cotas com diferentes níveis de subordinação. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia detinha 49,62% do patrimônio líquido do Fundo por meio de cotas subordinadas. Feeder Quali Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC Feeder"): O Feeder foi constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo indeterminado. Sua política de investimento consiste preponderantemente na aquisição de cotas de outros fundos de investimento em direitos creditórios vinculados às operações de crédito do Grupo, estando sua exposição econômica associada, de forma indireta, às carteiras de direitos creditórios subjacentes. A Companhia detém 99,97% do patrimônio líquido do Fundo. Casas Bahia CDC Fundo de Investimento em Direitos Creditórios LP Responsabilidade Limitada ("FIDC Red Asset"): O Red Asset foi constituído sob a forma de condomínio fechado, estruturado sob regime de responsabilidade limitada, com prazo de duração indeterminado. O Fundo tem por objetivo a aquisição de direitos creditórios vinculados às operações do Grupo, conforme política de investimento estabelecida em regulamento. A administração fiduciária e a gestão da carteira são exercidas por instituições independentes, cabendo ao gestor a condução das atividades relevantes do Fundo. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia detinha 21,51% do patrimônio líquido por meio de cotas subordinadas. FIDC RIZA Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Segmento Multicarteira - Responsabilidade Limitada ("FIDC RIZA"): O FIDC RIZA foi constituído sob a forma de condomínio fechado, estruturado sob regime de responsabilidade limitada, com prazo indeterminado. O Fundo possui estrutura multicarteira, podendo investir em diferentes carteiras de direitos creditórios, observadas as diretrizes previstas em regulamento. Sua estrutura contempla classes de cotas com diferentes níveis de subordinação. A administração e a gestão são exercidas por instituições independentes, sendo as decisões relativas às atividades relevantes conduzidas pelo gestor, conforme regulamento. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia detinha 19,57% do patrimônio líquido por meio de cotas subordinadas. IBCB Crediciário Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Responsabilidade Limitada ("IBCB BS CDC"): O IBCB BS CDC foi constituído com o objetivo de adquirir direitos creditórios vinculados às operações de crédito do Grupo. O IBCB BS CDC foi constituído sob a forma de condomínio fechado, estruturado sob regime de responsabilidade limitada, com prazo de duração indeterminado. O Fundo tem por objetivo a aquisição de direitos creditórios vinculados às operações de crédito do Grupo, observados os critérios definidos em regulamento. A estrutura contempla classes de cotas com diferentes níveis de subordinação. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia detinha 100% das cotas subordinadas.

7. Contas a receber

a) Política contábil: Os saldos registrados no contas a receber referem-se às atividades operacionais da Companhia decorrentes da venda de bens e serviços. Os outros créditos não relacionados às atividades operacionais são reconhecidos na rubrica "Outros ativos". Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo valor da transação, conforme definido no CPC 47 (IFRS 15), e subsequentemente classificados e mensurados de acordo com o modelo de negócios aplicável e as características contratuais dos fluxos de caixa, nos termos do CPC 48 (IFRS 9). O valor justo por meio de outros resultados abrangentes, no caso de Administradoras de cartões de crédito e (ii) custo amortizado, para todas as demais carteiras. A mensuração dos saldos de contas a receber de Administradoras de cartões de crédito tem como base, operações comparáveis realizadas regularmente pela Companhia, enquanto os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado seguem o método da taxa efetiva de juros de cada operação. Para todas as carteiras há a consideração da perda estimada, reconhecida no resultado, conforme métodos explicados a seguir: • A Companhia utiliza formas distintas para a avaliação de perdas estimadas sobre créditos de liquidação duvidosa para cada uma das carteiras. As carteiras são divididas entre: Crediciário Casas Bahia, Administradoras de cartões de crédito, B2B e demais carteiras; • Para calcular a perda esperada da carteira de Crediciário Casas Bahia, a Companhia se baseia nos perfis de pagamento de vendas durante o período de 12 meses e as perdas de crédito históricas correspondentes, incorridas durante esse período, ajustadas para fatores prospectivos específicos relativos aos devedores e ambiente econômico, além disso, os títulos vencidos há mais de 180 dias são baixados quando a Companhia não tem expectativa de recuperação do contas a receber; • Para as carteiras de Administradoras de cartões de crédito, B2B e demais carteiras, a Companhia utiliza-se do histórico por meio de matriz de perdas para aplicar perdas estimadas.

b) Composição dos saldos:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Administradoras de cartões de crédito	391	527	391	532
Crediciário Casas Bahia	6.388	6.178	6.459	6.178
Juros a apropriar	(1.915)	(1.980)	(1.915)	(1.980)
Contas a receber - B2B (i)	746	313	746	313
Outras contas a receber	402	531	708	733
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa ("PECLD" ou "PDD")	(792)	(694)	(953)	(720)
	5.220	4.875	5.436	5.056
Circulante	4.844	4.435	5.060	4.616
Não circulante	376	440	376	440

(i) A sigla B2B significa "business-to-business", uma expressão em inglês para indicar uma empresa que faz negócio com outras empresas, na prática refere-se às vendas realizadas para outras pessoas jurídicas, para revenda ou uso próprio.

c) Movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Perdas estimadas registradas no exercício	(694)	(645)	(720)	(685)
Perdas estimadas registradas no exercício	(1.125)	(1.009)	(1.286)	(1.037)
Recuperação de cotas a receber	818	901	844	943
Recuperação de carteira (i)	209	59	209	59
Saldo no fim do exercício	(792)	(694)	(953)	(720)
Circulante	(725)	(629)	(886)	(655)
Não circulante	(67)	(65)	(67)	(65)

(i) Referem-se a venda de carteiras de clientes inadimplentes há mais de 180 dias.

d) Composição das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa por tipo de recebível:

	Controladora								Consolidado										
	31.12.2025				31.12.2024				31.12.2025				31.12.2024						
	A vencer	Até 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	Acima de 90 dias	Total	A vencer	Até 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	Acima de 90 dias	Total	A vencer	Até 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	Acima de 90 dias	Total	
Administradoras de cartão de crédito	391	-	-	-	-	391	525	-	-	-	-	527	532	-	-	-	-	-	532
Crediciário Casas Bahia	5.862	218	115	84	109	6.388	5.743	181	93	68	93	6.178	5.522	-	-	-	-	-	5.522
Contas a receber "B2B" (i)	594	113	17	2	20	746	245	36	3	1	28	313	276	-	-	-	-	-	276
Outras contas a receber	246	86	5	6	59	402	375	105	10	8	38	531	708	-	-	-	-	-	708
	7.093	417	137	92	188	7.927	6.888	322	106	77	156	7.549	6.552	(626)	(37)	(276)	(31)	(500)	5.522

	Controladora								Consolidado										
	31.12.2025				31.12.2024				31.12.2025				31.12.2024						
	A vencer	Até 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	Acima de 90 dias	Total	A vencer	Até 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	Acima de 90 dias	Total	A vencer	Até 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	Acima de 90 dias	Total	
Administradoras de cartão de crédito	391	-	-	-	-	391	530	-	-	-	-	532	532	-	-	-	-	-	532
Crediciário Casas Bahia	5.925	224	117	84	109	6.459	5.743	181	93	68	93	6.178	5.522	-	-	-	-	-	5.522
Contas a receber "B2B" (i)	594	113	17	2	20	746	245	36	3	1	28	313	276	-	-	-	-	-	276
Outras contas a receber (ii)	446	108	15	16	123	708	535	118	14	10	56	733	708	-	-	-	-	-	708
	7.356	445	149	102	252	8.304	7.053	335	110	79	179	7.756	6.552	(626)	(37)	(276)	(31)	(500)	5.522

(i) A sigla B2B significa "business-to-business", uma expressão em inglês para indicar uma empresa que faz negócio com outras empresas, na prática refere-se às vendas realizadas para outras pessoas jurídicas, para revenda ou uso próprio. (ii) Majoritariamente os saldos em aberto registrados possuem correspondência nos saldos a pagar registrados na rubrica de "Repasse a terceiros", refletindo obrigações contratuais vinculadas a esses direitos. Dessa forma, a liquidação financeira ocorrerá de forma simultânea ou compensatória.

7.1 Contas a receber - Crédito Direto ao Consumidor (Crediciário Casas Bahia):

a) Composição dos saldos
Correspondem aos recebíveis das vendas a prazo financiadas através do Crédito Direto ao Consumidor com Interveniência do vendedor ("Crediciário Casas Bahia"), conforme nota explicativa nº 16(a)(i), que podem ser parcelados em até 24 meses, cujo prazo médio de recebimento é de 14 meses com taxa média de juros de 179,88% a.a. (prazo de recebimento de 14 meses com taxa média de juros de 171,34% a.a. em 31 de dezembro de 2024). A seguir são apresentados os saldos brutos dos carnês e o montante de juros a incorrer de acordo com os prazos acordados.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Circulante	5.771	5.539	5.842	5.539
Não Circulante	617	639	617	639
Crediciário Casas Bahia, bruto de juros a apropriar (a)	6.388	6.178	6.459	6.178
Juros a apropriar	(1.915)	(1.980)	(1.915)	(1.980)
Crediciário Casas Bahia, líquido de juros a apropriar	4.473	4.198	4.544	4.198
PECLD (PDD) (b)	(697)	(626)	(786)	(626)
(%) PECLD sobre Crediciário Casas Bahia (b)/(a)	10,90%	10,10%	12,20%	10,10%

b) Movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa do Crediciário Casas Bahia:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Saldo no início do exercício	(626)			

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 - Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

e) Operações FIDC's: Composição e saldos:

Operações FIDC's	Balanco patrimonial		Demonstração do resultado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Obrigações com Risco sacado (convênio) (i)	(1.293)	(203)	(368)	(13)
Obrigações com Risco sacado (portal) (ii)	(287)	(241)	(76)	-
Crediciário Casas Bahia (ii)	(300)	-	-	-

(i) Antecipação a fornecedores: Esses FIDC's atuam nas operações de "Obrigações com Risco sacado (convênio)" e "Obrigações com Risco sacado (portal)" (vide detalhes das operações na nota explicativa nº 15(a)). (ii) Crediciário Casas Bahia: Esses FIDC's atuam nas operações de venda a prazo financiadas (vide detalhes das operações na nota explicativa nº 7.1 (a)). f) Aplicativo BanQi: A Companhia paga comissões à BanQi Instituição de Pagamento Ltda. ("BanQi IP") pelas operações realizadas por meio da conta digital disponibilizada aos clientes através do aplicativo BanQi IP. g) Operações de alugueis: A Companhia e sua controlada Bartira têm contratos de alugueis de 156 imóveis com a CBEP. Esses saldos são reconhecidos em conformidade com o CPC 06 (R2) (IFRS 16) - Arrendamentos, sendo registrados nas rubricas de "Direito de uso" e "Passivo de arrendamento", conforme detalhado na nota explicativa nº 21.

	Ativo (Passivo)		Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Ativo de direito de uso	229	482	249	537	-	-
Passivo de arrendamento	(387)	(796)	(419)	(835)	-	-
	(158)	(314)	(170)	(328)	-	-

h) Empréstimos com controladas: Mútuos: Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de mútuos com partes relacionadas totalizava R\$195 (R\$158 em 31 de dezembro de 2024), os contratos possuem prazo médio de 1 ano e remuneração equivalente a 100% do CDI, sendo reconhecidos ao custo amortizado pela taxa efetiva de juros. Notas comerciais: Em 31 de dezembro de 2025, o saldo referente a Notas Comerciais emitidas entre partes relacionadas era de R\$644 (nil em 31 de dezembro de 2024), as notas comerciais possuem prazo médio de 2 meses e remuneração pré-fixada, conforme termos pactuados contratualmente, cabe destacar que tais instrumentos são reconhecidos ao custo amortizado.

Movimentação	
31.12.2025	31.12.2024
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-
Fluxos de caixa de financiamento	147
Variações que não envolvem caixa	11
Juros incorridos	11
Saldo em 31 de dezembro de 2024	158

Fluxos de caixa de financiamento	
31.12.2025	31.12.2024
Captações	1.105
Amortizações	(21)
Pagamento de juros	(475)
Variações que não envolvem caixa	72
Juros incorridos	72
Saldo em 31 de dezembro de 2025	839

i) Acordo de Associação: Em 2010, foi celebrado um "Acordo de Associação" entre a Companhia, CBD, CBEP e sócios da CBEP, o qual, entre outras disposições, assegurou à Companhia o direito de ser indenizada por CBD, CBEP e seus respectivos sócios por eventuais perdas e/ou danos decorrentes de demandas judiciais e/ou reembolso de despesas cujo fato gerador tenha ocorrido durante o período de gestão dos antigos controladores da Companhia e das empresas mencionadas do referido Acordo de Associação. A Companhia mantém os termos contratuais do Acordo de Associação até a data de aprovação dessas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas. Em 14 de junho de 2019, a CBD alienou integralmente sua participação acionária da Companhia. A partir dessa data, os montantes a receber relacionados ao Acordo de Associação passaram a ser reconhecidos na rubrica de "outros ativos" no ativo circulante ou não circulante, conforme sua expectativa de realização. j) Remuneração da Administração: As despesas relativas à remuneração total do pessoal da alta Administração (diretores estatutários, membros do Conselho de Administração e membros do Conselho Fiscal), registradas na Demonstração do Resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foram as seguintes:

	31.12.2025		31.12.2024	
	Benefícios de curto prazo	Benefícios de longo prazo	Benefícios de curto prazo	Benefícios de longo prazo
Diretoria	48	6	54	37
Conselho de Administração	10	-	10	9
Conselho Fiscal	1	-	1	-
	59	6	65	47

Em 30 de abril de 2025, a Companhia fixou a remuneração global anual dos membros da Administração da Companhia para o exercício de 2025 no valor de R\$53. Em 18 de agosto de 2025, em razão do aumento do número de administradores estatutários, foi aprovada nova remuneração global anual para o exercício de 2025 no valor de R\$69. (Os valores aprovados não incluem provisões relacionadas a remuneração baseada em ações, as quais são reconhecidas conforme CPC 10 (R1) (IFRS 2)).

11. Investimentos
Política contábil: Controladas são todas as entidades que o Grupo Casas Bahia exerce, direta ou indiretamente, controle sobre suas operações. O controle é definido: (i) Pelo poder decisório que a Companhia detém sobre as atividades operacionais e financeiras significativas em suas investidas; (ii) Por sua habilidade de utilizar esse poder; e (iii) Pela sua exposição aos retornos dessas entidades. As Demonstrações Financeiras das controladas estão incluídas nas Demonstrações Financeiras consolidadas desde a data que o controle foi adquirido. Quando ocorre a perda de controle de alguma controlada, a consolidação das Demonstrações Financeiras da até então controlada é interrompida. Ganhos ou perdas resultantes, inclusive qualquer montante recebido pela alienação de investimento, são reconhecidos no resultado do exercício quando há a perda de controle. Empresas coligadas são aquelas nas quais a Companhia exerce influência significativa, mas sem exercer o controle. Os investimentos em empresas coligadas nas Demonstrações Financeiras consolidadas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial. Os investimentos nas empresas controladas e coligadas, nas Demonstrações Financeiras individuais da controladora, encontram-se registrados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com esse método, as participações sobre os investimentos são inicialmente reconhecidas no balanço patrimonial ao custo e, subsequentemente, ajustado pela participação da Companhia nos resultados e em outras variações patrimoniais da controlada. Os investimentos são avaliados quanto à existência de indicadores de perda por redução ao valor recuperável, nos termos do CPC 01 (IAS 36). Quando identificada perda por impairment, o valor contábil do investimento é ajustado ao seu valor recuperável. Os dividendos recebidos das investidas são registrados como redução do valor contábil do respectivo investimento.

Empresas controladas	Controladora						Ganho (Perda) na participação	Baixa	31.12.2025
	Amen- de to de capital	Equiva- não realiza- dos nos estoques	Equiva- lência patri- monial	Paga- mento baseado em ações	Amen- de to de capital	Equiva- não realiza- dos nos estoques			
Lake	791	107	59	-	957	-	110	(2)	- 1.065
Bartira	772	-	2	22	796	-	(6)	34	- 824
Asap Logística	289	-	-	(36)	253	-	15	-	268
Cnova Brasil	129	6	-	(30)	106	8	-	9	(6) 120
CB Tecnologia	18	-	-	(3)	15	-	-	3	21
Celer	-	-	-	-	-	9	-	-	(9) -
Outros	25	1	-	2	28	-	-	5	33
Total	2.024	114	2	14	2.155	17	(6)	(2)	- (9) 2.331

Empresas coligadas	FIC			BINV			31.12.2025
	31.12.2023	Equivalência patrimonial	Distribuição de dividendos	31.12.2024	Equivalência patrimonial	Distribuição de dividendos	
FIC	226	50	(99)	177	53	(13)	(217)
BINV	56	16	(2)	70	13	(8)	(75)
Distrito	16	-	-	16	-	-	16
Total	298	66	(101)	263	66	(21)	(292) 16

c) As informações financeiras resumidas das coligadas: FIC e BINV. São instituições financeiras criadas com o objetivo de financiar as vendas diretamente para clientes de CBD e do Grupo Casas Bahia. A BINV é resultado da associação da Companhia com o Banco Itaú Unibanco S.A., enquanto a FIC é resultado da associação da Companhia com o Banco Itaú Unibanco S.A. e a CBD. A Companhia exerce influência significativa nessas instituições, mas não o controle. Em 31 de dezembro de 2025, a participação da Companhia no capital votante total da FIC e BINV corresponde a 14,24% e 50,00%, respectivamente, oriundos dos investimentos da controlada Lake. Em 05 de dezembro de 2025, a Companhia celebrou contrato para alienação da totalidade de sua participação societária na Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("FIC") e no Banco Investidor Unibanco S.A. ("BINV"). A conclusão da transação está sujeita ao cumprimento de determinadas condições precedentes usuais para esse tipo de operação, incluindo a obtenção de aprovação regulatória pelo Banco Central do Brasil. Considerando que: (i) a Administração está comprometida com o plano de venda; (ii) o ativo está disponível para venda imediata em suas condições atuais; (iii) a transação é considerada altamente provável; e (iv) a expectativa é de conclusão dentro do prazo de 12 meses a partir da data de classificação, a Companhia reclassificou os investimentos em FIC e BINV para o grupo de ativos não circulantes mantidos para venda, nos termos do CPC 31 (IFRS 5) - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada. A partir da data de classificação como ativo mantido para venda, os investimentos deixaram de ser avaliados pelo método da equivalência patrimonial, passando a ser mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. Até 31 de dezembro de 2025, não foi reconhecida perda por redução ao valor recuperável decorrente dessa classificação pois o valor anteriormente registrado no grupo de investimentos já representava o menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. A conclusão da transação permanece condicionada à aprovação regulatória e demais condições precedentes previstas contratualmente. Distrito: O Distrito é um hub de inovação que detém uma plataforma completa para apoiar empresas em sua transformação através da tecnologia. Com o seu ecossistema de inovação aberto, sustentado por dados e inteligência artificial, o Distrito conecta grandes empresas, startups, investidores e acadêmicos, para gerar novos modelos de negócios vencedores, mais colaborativos, eficientes, transparentes e sustentáveis. A Companhia exerce influência significativa no Distrito, mas não o controle. Em 31 de dezembro de 2025, a participação da Companhia no capital votante total do Distrito corresponde a 16,67%, oriundo do investimento realizado pela controlada Cnova. A seguir, apresentamos informações referentes as coligadas que a Companhia julga como relevantes para o cálculo da equivalência patrimonial:

Ativo circulante	FIC		BINV	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Ativo circulante	9.762	9.674	789	909
Ativo total	9.763	9.675	789	909
Passivo circulante	8.108	8.263	640	773
Patrimônio líquido (i)	1.655	1.412	149	136
Passivo e patrimônio líquido total	9.763	9.675	789	909

12. Imobilizado
Política contábil: Os itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e quando aplicável das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, aplicando-se o método linear às taxas estabelecidas, e leva em conta o tempo de vida útil estimado dos bens, refletindo, assim, o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados ao final de cada exercício social e ajustados prospectivamente quando aplicável. As taxas de depreciação e amortização ponderadas que expressam o tempo de vida útil dos bens do ativo imobilizado e do direito de uso, respectivamente, estão assim distribuídas:

Classes de ativos	31.12.2025		31.12.2024	
	Depreciação acumulada	Líquido	Depreciação acumulada	Líquido
Edifícios	60	60	60	60
Benefetórias em imóveis de terceiros	25	25	25	25
Máquinas e equipamentos	14	14	14	14
Equipamentos de informática	13	13	13	13
Instalações	15	15	15	15
Móveis e utensílios	13	13	13	13
Veículos	12	12	12	12
Outros	5	5	5	5

Não houve alterações significativas nas vidas úteis médias ponderadas em relação ao exercício social anterior. Quando diretamente relacionadas às atividades de logística e distribuição, as despesas com depreciação são alocadas ao custo dos produtos e posteriormente reconhecidas no resultado como "Custo das mercadorias e serviços vendidos" à medida que os respectivos estoques são vendidos. Redução ao valor recuperável (impairment): A Companhia avalia, ao final de cada período de reporte, se há indícios internos ou externos de perda por redução ao valor recuperável de seus ativos imobilizados. O valor recuperável é o maior valor entre o valor em uso do ativo ou o seu valor justo menos o custo de venda. Caso o valor contábil do ativo exceda o valor recuperável, o valor excedente é reconhecido no resultado do exercício. Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos são incluídos no resultado do exercício na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas". b) Estimativas e premissas contábeis: A Companhia entende que suas Unidades Geradoras de Caixa ("UGC") são suas lojas, por representarem o menor nível identificável de ativos capaz de gerar entradas de caixa amplamente independentes e realiza o teste de recuperabilidade de seu ativo imobilizado neste nível. O teste é realizado considerando as seguintes etapas: (i) As UGC's que apresentarem margem bruta negativa, nos últimos 12 meses, seguem para a próxima etapa; (ii) Elabora-se o fluxo de caixa esperado das UGC's identificadas para os próximos 10 anos e compara-se o resultado com o valor contábil; (iii) Em caso de jóias próprias com valor em uso abaixo do valor contábil, a Companhia solicita a avaliação de especialistas independentes para obter o valor de mercado do imóvel. São utilizadas para o teste de recuperabilidade a margem EBITDA, o crescimento de vendas e a taxa de desconto. A margem EBITDA utilizada no teste pode variar entre as UGC's conforme o desempenho histórico e as perspectivas operacionais de cada UGC no último ano. A taxa de desconto utilizada no teste de impairment reflete o custo médio ponderado de capital da Companhia (WACC), ajustado aos riscos específicos da UGC. Os resultados dos testes de impairment, bem como as principais premissas utilizadas, estão apresentadas no item (e) desta nota explicativa.

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Terrenos	9	9	9	11	11	11
Edifícios	10	(8)	2	9	(7)	2
Benefetórias em imóveis de terceiros	1.434	(727)	707	1.396	(694)	702
Máquinas e equipamentos	366	(250)	116	359	(238)	121
Equipamentos de informática	793	(678)	115	801	(666)	135
Instalações	178	(100)	78	177	(91)	86
Móveis e utensílios	436	(331)	105	442	(306)	136
Veículos	6	(6)	-	6	(6)	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Imobilizado em andamento	92	(72)	20	88	(65)	23
Outros	3.324	(2.172)	1.152	3.295	(2.073)	1.222

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Terrenos	9	-	9	-	9	-
Edifícios	2	-	2	-	2	-
Benefetórias em imóveis de terceiros	748	5	(70)	24	702	61
Máquinas e equipamentos	132	3	(1)	(21)	7	121
Equipamentos de informática	180	3	2	(55)	5	135
Instalações	96	-	1	(11)	-	86
Móveis e utensílios	158	3	(3)	(31)	8	136
Veículos	4	-	-	-	-	-
Imobilizado em andamento	44	10	-	(46)	8	-
Outros	30	1	-	(9)	2	23
	1.400	25	(6)	(197)	1.222	106

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Terrenos	9	-	9	-	9	-
Edifícios	2	-	2	-	2	-
Benefetórias em imóveis de terceiros	748	5	(70)	24	702	61
Máquinas e equipamentos	132	3	(1)	(21)	7	121
Equipamentos de informática	180	3	2	(55)	5	135
Instalações	96	-	1	(11)	-	86
Móveis e utensílios	158	3	(3)	(31)	8	136
Veículos	4	-	-	-	-	-
Imobilizado em andamento	44	10	-	(46)	8	-
Outros	30	1	-	(9)	2	23
	1.400	25	(6)	(197)	1.222	106

13. Intangível
Política contábil: Os ativos intangíveis da Companhia são compostos substancialmente pelo ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) decorrente de combinações de negócio, marcas e contratos vantajosos adquiridos em combinação de negócios, fundos de comércio, softwares em desenvolvimento ou já desenvolvidos internamente e softwares adquiridos de terceiros. Os ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição. No entanto, em uma combinação de negócios, todos os intangíveis identificáveis são reconhecidos separadamente do goodwill e mensurados a valor justo na data da aquisição. O ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) corresponde ao excesso da contraprestação transferida sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos na combinação de negócios. O goodwill e as marcas classificadas com vida útil indefinida não são amortizados, sendo submetidos a teste de redução ao valor recuperável, no mínimo, anualmente ou sempre que houver indícios de perda. A classificação de vida útil indefinida é baseada na análise de que não há limite previsível para a geração de benefícios econômicos futuros relacionados a tais ativos. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados pelo método linear. As respectivas vidas úteis são revistas anualmente e ajustadas prospectivamente, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimento de softwares para uso interno são capitalizados como ativos intangíveis quando atendem aos critérios de reconhecimento previstos no CPC 04, os gastos que não atendem os critérios de capitalização são registrados no resultado do exercício quando incorridos. As vidas úteis médias ponderadas para cada classe de ativo intangível de vida útil definida são relacionadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Depreciação e amortização	48	50	54	56
Testes de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado (impairment): A Companhia avaliou, na data-base de 31 de dezembro de 2025, a existência de indícios de perda por redução ao valor recuperável de seus ativos imobilizados, considerando o desempenho operacional das Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs"), definidas como suas lojas, bem como fatores internos e externos que pudessem indicar deterioração do valor contábil dos ativos. Para as UGCs que apresentarem indicadores de possível deterioração, o valor recuperável foi determinado com base no cálculo do valor em uso, apurado por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros projetados. As projeções de fluxo de caixa foram elaboradas com base no planejamento estratégico da Companhia. As premissas utilizadas no cálculo foram as seguintes: (i) taxa de crescimento do decênio 2025-2035, período considerado adequado para refletir o ciclo operacional e a maturação das unidades avaliadas; e (ii) taxa de desconto representativa ao custo médio ponderado de capital da Companhia de 19,44%. Foi considerada a taxa de inflação para todos os períodos de 3,01% a.a. Com base nos testes realizados, a Administração concluiu que o valor recuperável das UGCs avaliadas excede seus respectivos valores contábeis em 31 de dezembro de 2025, não sendo necessária a constituição de perdas por redução ao valor recuperável no exercício.				

	Consolidado										
	31.12.2023	Adições	Baixas	Depre- ciação(*)	Transfe- rências	31.12.2024	Adições	Baixas	Depre- ciação	Transfe- rências	31.12.2025
Terrenos	11	-	-	-	-	11	-	-	-	-	11
Edifícios	2	-	-	-	-	2	-	-	-	-	2
Benefetórias em imóveis de terceiros	755	5	(5)	(71)	25	708	61	(8)	(54)	6	713
Máquinas e equipamentos	181	4	(1)	(25)	7	166	18	(4)	(20)	3	163
Equipamentos de informática	183	3	2	(56)	5	137	19	(4)	(36)	-	116
Instalações	107	1	1	(12)	1	98	3	-	(12)	-	89
Móveis e utensílios	160	3	(3)	(30)	6	136	4	(8)	(26)	-	106
Veículos	3	-	-	-	-	3	-	-	-	-	3
Imobilizado em andamento	44	10	-	-	(45)	9	-	-	-	(9)	-
Outros	32	1	-	(10)	1	25	7	(1)	(11)	-	20
	1.478	27	(6)	(204)	-	1.295	112	(25)	(159)	-	1.223

(*) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi realizada uma análise técnica detalhada dos ativos imobilizados, considerando o desempenho operacional, o plano de manutenção e as condições econômicas e tecnológicas atuais. Como resultado dessa análise, a Companhia identificou a necessidade de alterar a vida útil estimada de determinados ativos, a fim de refletir de forma mais fiel sua expectativa de uso futuro. d) Classificação da depreciação e amortização do Imobilizado e Intangível na Demonstração do resultado. Nos exercícios findos em 3

← continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 - Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

de juros quanto às multas dos montantes não pagos, quando aplicável, foram computados e provisionados em sua totalidade. Em 31 de dezembro de 2025, os principais processos tributários provisionados referem-se principalmente à não homologação de compensações relativas a crédito de PIS/COFINS no montante de R\$74 (R\$70 em 31 de dezembro de 2024) e DIFAL no montante de R\$7 (R\$258 em 31 de dezembro de 2024), tendo sido provisionados com base na avaliação dos advogados externos, que foi corroborada pela Administração. Em relação ao DIFAL, em 29 de novembro de 2023, o Supremo Tribunal Federal decidiu pelo julgamento da matéria DIFAL Anterioridade, nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade 7066, 7078 e 7070 e, diante do resultado do julgamento, embora ainda não finalizado, a Companhia provisionou o valor de R\$220 em 31 de dezembro de 2023. Em outubro de 2025, o STF confirmou a validade da cobrança do DIFAL a partir de 2022 e modulou os efeitos para resguardar apenas os contribuintes, como a Companhia, que ajustaram ação até 29 de novembro de 2023. A Companhia permanece atenta ao desfecho definitivo do processo e a eventuais desdobramentos que possam alterar suas estimativas. Após a publicação do acórdão em 18 de dezembro de 2025, e considerando que a Companhia se enquadra na modulação definida pelo STF, a Administração revisou a avaliação da probabilidade de perda associada à demanda e procedeu ao estorno da provisão anteriormente constituída. O impacto líquido desse estorno no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, já considerados os custos associados, foi de R\$ 176. Em atendimento ao ofício-circular nº 1/2023/CVM/ISS/SEP de 13 de fevereiro de 2023, a Companhia efetuou um levantamento dos seus processos e, baseada na opinião de seus consultores legais internos e externos, informa que em 31 de dezembro de 2023 não foram identificados casos que pudessem representar impactos em suas Demonstrações Financeiras decorrentes da decisão do STF sobre coisa julgada em matéria tributária ocorrida em 08 de fevereiro de 2023. A Companhia continuará monitorando a evolução da matéria em especial os efeitos advindos de modulação e por eventuais embargos de declaração. (ii) Trabalhistas: A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais de natureza trabalhista decorrentes do curso normal de suas operações. As contingências são avaliadas periodicamente pela área jurídica, que classifica o risco de perda como provável, possível ou remoto, com base na análise do estágio processual, jurisprudência aplicável e demais elementos disponíveis. As provisões são reconhecidas quando a perda é considerada provável e o valor pode ser estimado de forma confiável, em conformidade com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Os processos são segregados entre casos estratégicos, avaliados individualmente, e processos de alta demanda (massa), cuja estimativa de perda é calculada com base em metodologia estatística suportada pelo histórico de pagamentos e resultados processuais. Nos casos de alta demanda, a mensuração da provisão considera o risco médio aplicado a partir de processos encerrados em períodos recentes, permitindo a utilização de estágio processual e a probabilidade de perda. As estimativas são revisadas periodicamente e ajustadas sempre que novos eventos processuais ou evidências indiquem alteração relevante na expectativa de perda ou no valor estimado da obrigação. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantém uma provisão no montante de R\$1.573 (R\$1.889 em 31 de dezembro de 2024). (iii) Cíveis e outros: A Companhia responde às ações de natureza cível, sendo os principais processos relacionados a: • Ações renovatórias de aluguel de lojas, em que a Companhia é obrigada a pagar valores provisórios de aluguel até o trânsito em julgado, quando não há decisão judicial definitiva; • Ações de indenização por danos entre a diferença do valor pago a título de aluguel provisório e os valores pleiteados pelos locatários. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo da provisão era de R\$10 (R\$12 em 31 de dezembro de 2024); • Ações envolvendo direitos das relações de consumo, a provisão é calculada com base no histórico de perdas, por tipo de reclamação e momento processual, aplicado sobre a totalidade dos processos ativos, bem como, a avaliação individual de risco, para determinados processos com características singulares. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo da provisão era de R\$150 (R\$243 em 31 de dezembro de 2024). (iv) Passivos contingentes: A Companhia apresenta demandas que foram analisadas por consultores jurídicos e consideradas como perda possível e, portanto, não foram provisionadas. O montante total dessas demandas refere-se ao total de R\$11.738 em 31 de dezembro de 2025 (R\$8.855 em 31 de dezembro de 2024), e que são relacionadas principalmente a: Tributárias: • A Companhia é parte em discussões que tratam de COFINS, PIS, IRPJ, IRRF, CSLL e INSS: (i) processos administrativos e judiciais relacionados a pedidos de compensação não reconhecidos pelas autoridades fiscais e divergência em valores reconhecidos; (ii) discussão acerca da incidência de PIS e COFINS em determinadas transações, tais como: bonificações recebidas de fornecedores; (iii) aproveitamento de créditos de PIS e COFINS sobre as despesas com propaganda e taxas de administração de cartões; (iv) discussão decorrente de suposta insuficiência no saldo de prejuízos fiscais compensados; (v) exclusão do ICMS-ST da base de cálculo do PIS e COFINS; (vi) discussão acerca da isenção de PIS e COFINS nas vendas de smartphones e produtos de informática no ano de 2016 - Lei do Bem; e (vii) outras discussões de menor materialidade. O montante envolvido nos referidos processos é de aproximadamente R\$6.410 em 31 de dezembro de 2025 (R\$5.465 em 31 de dezembro de 2024). • Ações relacionadas a ações de mercadorias: discussão acerca da apropriação de créditos de PIS e COFINS sobre o ICMS-ST destacado nas aquisições de mercadorias para revenda no ano-calendário de 2016. O valor do auto de infração corresponde a R\$370 em 31 de dezembro de 2025 (R\$341 em 31 de dezembro de 2024); • ICMS, ISS e IPTU: (i) processos administrativos e judiciais decorrentes da não tributação do ISS sobre valores considerados pelo fisco municipal como comercialização de serviços; (ii) discussões fiscais acerca de supostas divergências no confronto das informações transmitidas para as Secretarias da Fazenda Estadual e Federal, bem como da não tributação do ICMS sobre a comercialização de serviço de garantia estendida; (iii) discussões decorrentes da apropriação de créditos na aquisição de mercadorias de fornecedores com inscrição estadual irregular; (iv) outras discussões de menor materialidade. O montante envolvido nas referidas autuações é de aproximadamente R\$2.613 em 31 de dezembro de 2025 (R\$2.426 em 31 de dezembro de 2024); • Ação Mandata: autuações fiscais em razão da dedução de encargos de amortização nos anos de 2015 e 2016, referentes ao auto originado da aquisição do Ponto comercial no ano-calendário de 2009. O valor atualizado dos autos de infração corresponde a R\$247 de IRPJ e CSLL em 31 de dezembro de 2025 (R\$227 em 31 de dezembro de 2024). • Ações de natureza cível: em dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas são partes em demandas trabalhistas que foram analisadas por consultores jurídicos e consideradas como perda possível e, portanto, não provisionadas totalizando R\$1.785 (R\$121 em 31 de dezembro de 2024). Cíveis e outros: Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta demandas cíveis que foram analisadas por consultores jurídicos e consideradas como perda possível e, portanto, não provisionadas totalizando R\$313 (R\$276 em 31 de dezembro de 2024). (v) Depósitos judiciais: A Companhia detém o pagamento de certos impostos, contribuições, bem como depósitos judiciais, em nome de terceiros, trabalhistas e cíveis, para os quais efetuou depósitos recuados (vinculados), em montante equivalente aos pendentes de decisão legal. Este montante está registrado no ativo da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Tributárias e trabalhistas	1.220	721	1.256	752
Tributárias (i)	957	864	962	866
Cíveis e outros	28	27	29	28
	2.205	1.612	2.247	1.646

(i) Com a edição da Emenda Constitucional nº 87/2015 e do Convênio CONFAZ nº 93/2005, os Estados e o Distrito Federal, por meio de leis estaduais, passaram a exigir a emissão de Alvará de Operação (DIFAL) nas operações interestaduais envolvendo consumidores finais não contribuintes do imposto. Ocorre que, em razão da inconstitucionalidade dessa exigência instituída por leis estaduais, sem lei complementar válida, a Companhia ajustou ações judiciais questionando a cobrança do DIFAL. Em 24 de fevereiro de 2021, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), ao julgar o Recurso Extraordinário 1.287.019, em caso submetido a questão de constitucionalidade, decidiu pela seguinte tese: "A cobrança de diferencial de alíquota alusivo ao ICMS, conforme introduzido pela Emenda Constitucional nº 87/2015, pressupõe edição de lei complementar veiculando normas gerais". Houve a modulação dos efeitos da decisão para a partir do exercício financeiro seguinte à conclusão deste julgamento, ou seja, para o ano de 2022. Contudo, tal modulação não afeta a Companhia, uma vez que as ações judiciais foram julgadas anteriormente a data da publicação da Ata do Julgamento. Os direitos creditórios relativos a ações judiciais anteriores a 2022 foram parcialmente cedidos a terceiros. Com a publicação da Lei Complementar nº 190/22, houve a instituição de uma nova relação jurídica, na medida em que os contribuintes passaram a recolher o ICMS para o estado de destino, no qual está localizado o consumidor final não contribuinte do imposto. Essa mudança corresponde à diferença entre as alíquotas interestaduais e a inferida no estado de destino (DIFAL). Ocorre que, essa instituição de uma nova relação jurídica (recolhimento do DIFAL para o estado de destino) está condicionada aos princípios da anterioridade e da anterioridade nonagessimal. Em razão disso, considerando que a Lei Complementar nº 190/22 foi publicada em 05 de janeiro de 2022, a Companhia ajustou ações judiciais questionando que a obrigação de proceder ao recolhimento do DIFAL para os estados apenas por aplicação das operações de trabalho e comércio posterior a sua publicação, ou seja, das operações realizadas a partir de 01 de janeiro de 2023. Apesar do julgamento realizado pelo STF em Novembro de 2023, cuja decisão determina a aplicação tão somente da anterioridade nonagessimal a partir da data da publicação da Lei Complementar nº 190/22, em virtude de ausência de publicação de decisão, (ii) o aumento das provisões de impostos e imprevistos através de embargos de declaração e (iii) possibilidade de modulação dos efeitos de decisão, somente após o trânsito em julgado de forma desfavorável aos contribuintes nas ADIs 7066, 7078 e 7070, os processos específicos da Companhia serão encerrados e com isso a Companhia poderá requerer o levantamento dos depósitos judiciais vinculados à discussão, cujo montante registrado em 31 de dezembro de 2025 é de aproximadamente R\$370 (R\$341 em 31 de dezembro de 2024). A Companhia apresenta fianças bancárias e seguro garantia decorrentes de ações previdenciárias e trabalhistas, tributárias e cíveis, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Previdenciárias e trabalhistas	1.751	2.260	2.719	2.293
Tributárias	3.529	2.240	3.611	2.309
Cíveis e outros	341	350	341	350
	5.621	4.850	6.671	4.952

A Companhia apresenta, em 31 de dezembro de 2025, fianças bancárias e seguro garantia envolvendo acordos comerciais de serviços financeiros (receita diferida) e administrativas que totalizam R\$2.126 (R\$2.811 em 31 de dezembro de 2024).

21. Arrendamento mercantil

a) Política contábil: Nos termos do CPC 06 (R2) (IFRS 16) - Arrendamentos, a Companhia avalia seus contratos para determinar se contém um arrendamento e, quando aplicável, reconhece, na data de início do contrato, um ativo de direito de uso e o correspondente passivo de arrendamento. A data de início corresponde ao momento em que o ativo subjacente se torna disponível para uso pela Companhia. Estão isentos de reconhecimento no balanço patrimonial: • arrendamentos com prazo contratual igual ou inferior a 12 meses, sem opção de compra; e • arrendamentos cujo ativo subjacente seja de baixo valor. Para esses contratos, os pagamentos são reconhecidos como despesa no resultado ao longo do arrendamento. Os pagamentos variáveis que não dependem de índice ou taxa, tais como aqueles baseados em percentual de vendas, não integram a mensuração inicial do passivo de arrendamento e são reconhecidos como despesa no resultado quando incorridos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu despesas variáveis de arrendamento no montante de R\$ 28 na controladora e no consolidado (R\$ 23 na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2024). A Companhia atua como arrendatária em contratos principalmente relacionados a imóveis (locação de espaços comerciais, centros de distribuição e demais unidades administrativas). Para cada contrato de arrendamento, a Companhia reconhece um ativo de direito de uso e passivo de arrendamento. O ativo de direito de uso é reconhecido na data de início do arrendamento, ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso da Companhia. Inicialmente, o ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, e posteriormente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remuneração do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo remanescente dos contratos. O passivo de arrendamento é composto pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do contrato. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos ou fixos em essência, que seriam pagamentos mínimos acordados com o arrendador. Ao calcular o passivo de arrendamento, a Companhia utilizou a sua taxa incremental de empréstimos, a qual foi aplicada nominalmente para desconto dos fluxos de pagamento. Os juros sobre o passivo de arrendamento e a depreciação do ativo de direito de uso são reconhecidos na demonstração do resultado de acordo com o período do contrato. (b) Composição dos saldos e movimentação: Ativo de direito de uso:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.536	2.561	2.536	2.561
Adições e remunerações	504	508	504	508
Baixas e reversões	(27)	(27)	(27)	(27)
Depreciação	(622)	(625)	(622)	(625)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.391	2.417	2.391	2.417
Adições e remunerações	410	435	410	435
Depreciação	(622)	(628)	(622)	(628)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	2.179	2.224	2.179	2.224

Classificação da depreciação do Ativo de direito de uso no resultado do exercício: Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia reconheceu os seguintes montantes de depreciação do Ativo de direito de uso no Custo das mercadorias e serviços vendidos:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Depreciação	155	150	159	152

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.443	3.483	3.443	3.483
Adição e remunerações	504	508	504	508
Baixas	(58)	(50)	(58)	(50)
Pagamento de principal	(445)	(451)	(445)	(451)
Juros incorridos	446	450	446	450
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.310	3.350	3.310	3.350
Adição e remunerações	410	435	410	435
Baixas	(7)	(7)	(7)	(7)
Pagamento de principal	(554)	(561)	(554)	(561)
Juros de juros (i)	(446)	(451)	(446)	(451)
Juros incorridos	446	451	446	451
Saldo em 31 de dezembro de 2025	3.159	3.217	3.159	3.217
Circulante	2.386	2.434	2.386	2.434
Não circulante	773	783	773	783

(i) Na Demonstração dos fluxos de caixa os pagamentos de juros estão classificados como "Atividades de financiamento", uma vez que a Companhia considera que esses compõem os custos de financiamentos.

c) Cronograma de vencimento do passivo de arrendamento reconhecido no passivo não circulante:

	Controladora		Consolidado	
Ano	Fluxo Bruto	Juros embutidos	Fluxo Bruto	Juros embutidos
2027	944	(280)	664	(205)
2028	108	(32)	76	(24)
2029	657	(11)	546	(7)
2030	387	(18)	339	(13)
2031	98	(26)	72	(26)
Mais de 5 anos	191	(42)	149	(42)
	3.085	(699)	2.386	(316)

d) Direito potencial de PIS e COFINS a recuperar: Os pagamentos de passivos de arrendamento mercantil, geram um direito potencial de PIS e COFINS sobre o fluxo contratual bruto. Na mensuração dos fluxos de caixa dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos relacionados aos efeitos potenciais de PIS e COFINS.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Direito potencial de PIS e COFINS	292	370	299	374

e) Contratos por prazo e taxa de desconto:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Prazo dos contratos				
Até 5 anos	14,66%	13,58%	14,91%	13,92%
De 6 a 10 anos	16,12%	15,07%	16,12%	15,07%
De 11 a 15 anos	15,23%	13,83%	15,23%	13,83%

f) Informações adicionais: Como descrito anteriormente, a Companhia adotou como taxa de desconto dos passivos de arrendamento a sua taxa incremental de empréstimo, que é calculada considerando o custo de captação da Companhia, baseado no CDI (Certificado de Depósito Interbancário) adicionado a um spread de risco, excluindo-se as garantias oferecidas nas operações de financiamentos. Os contratos de arrendamento da Companhia têm substancialmente seus fluxos de pagamentos indexados por índices inflacionários e para resguardar a representação fidedigna e atender as orientações da CVM em seu Ofício Circular CVM nº 2/2019, são fornecidos os saldos passivos sem inflação, que foram efetivamente contabilizados e a estimativa dos saldos inflacionados.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Fluxo real				
Passivo de arrendamento	4.231	4.567	4.310	4.622
Juros embutidos	(1.072)	(1.257)	(1.093)	(1.272)
	3.159	3.310	3.217	3.350
Fluxo inflacionado				
Passivo de arrendamento	5.103	5.993	5.196	6.062
Juros embutidos	(1.445)	(1.747)	(1.472)	(1.767)
	3.658	4.246	3.724	4.295

O fluxo inflacionado foi mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim de cada contrato, incorporados a inflação futura projetada e descontados pela taxa incremental de financiamento, ou seja, a taxa de juros nominal. Na elaboração dos fluxos de caixa futuros contratuais, incorporando a inflação esperada foram utilizadas taxas obtidas através de cotações futuras de mercado, observadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, para os indexadores de inflação constantes nos contratos de arrendamento (IPCA). As curvas de inflação foram obtidas na data de adoção inicial do referido pronunciamento e do encerramento do exercício corrente, considerando os prazos contratuais remanescentes. Complementarmente, os usuários dessas Demonstrações Financeiras podem, a seu critério, utilizar-se de outros itens fornecidos nessa nota explicativa, como o cronograma de vencimento dos passivos e taxas de juros utilizadas no cálculo, para realizar projeções dos fluxos de pagamentos futuros indexados pelos índices de inflação observáveis no mercado.

22. Receitas diferidas

a) Política contábil: As receitas diferidas decorrentes da antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais pela exclusividade na prestação de determinados serviços são reconhecidas na Demonstração do resultado do exercício à medida que as performances contidas nos respectivos contratos são cumpridas.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Garantias complementares ou estendidas	520	882	520	882
Operação de cartões e correspondente bancário	861	996	861	996
Seguros e serviços	35	53	35	53
Outros	1	1	1	3
	1.417	1.932	1.417	1.934
Circulante	176	208	176	209
Não circulante	1.241	1.724	1.241	1.725

(i) Garantias complementares ou estendidas: Em 15 de outubro de 2018, a Companhia celebrou um aditivo ao contrato de distribuição de seguros com a Zurich Minas Brasil Seguros S.A., que renegociou e consolidou os contratos anteriormente celebrados, em 29 de agosto de 2014 e 16 de dezembro de 2016. O montante recebido a título de antecipação foi de R\$837 e vem sendo reconhecido no resultado à medida que as metas contratuais forem atingidas. Em 23 de fevereiro de 2022, a Companhia celebrou um segundo aditivo ao contrato com novas metas e prazo final de vigência em dezembro de 2038. (ii) Operação de cartões e correspondente bancário: Em 10 de novembro de 2022, a Companhia assinou o Aditivo para renovação do prazo da parceria para oferta de cartões de crédito e outros produtos financeiros ("Aditivo") com o Banco Bradesco S.A. e Banco Bradescard S.A. ("Bradesco"), na rede de lojas e websites operados sob a marca Casas Bahia. O contrato até então vigente, tinha como prazo final o ano de 2029. O Aditivo tem como objetivo principal: (i) fixar novo prazo de vigência da parceria e exclusividade para oferta de cartões de crédito co-branded até 10 de novembro de 2032 na rede de lojas e websites operados sob a bandeira Casas Bahia; (ii) estabelecer novos pagamentos a serem realizados em virtude do novo prazo acordado para oferta de produtos financeiros; além de estabelecer metas conjuntas para o sucesso da parceria; e (iii) atualizar e estabelecer determinados termos e condições que irão regular as relações futuras no âmbito da parceria inicialmente celebrada. Os valores envolvidos na transação totalizam R\$1.750 e estão divididos em antecipação de comissões no valor de R\$1.400 e prêmio por exploração do balcão ("signing bonus") no valor de R\$350, o valor recebido vem sendo reconhecido no resultado à medida que as metas contratuais são atingidas. (iii) Seguros e serviços: Em 26 de junho de 2018, a Companhia celebrou contrato de prestação de serviços com a CDF Assistência e Suporte Digital S.A. para a prestação de serviços de assistência técnica. O montante recebido a título de antecipação foi de R\$100 para a Companhia, que vem sendo reconhecido no resultado à medida em que as metas contratuais são atingidas. Em 18 de dezembro de 2020, a Companhia celebrou um aditivo com a CDF e renegociou o contrato anteriormente celebrado entre as partes. O aditivo tem término previsto para dezembro de 2029. Em 10 de novembro de 2020, a Companhia celebrou um aditivo ao contrato de parceria para intermediação de prestação de serviços e renegociou os contratos anteriormente celebrados entre as partes. O aditivo tem término previsto para outubro de 2025. (iv) Estimativa da Administração para realização dos saldos de receitas diferidas classificados como "Não circulante".

Ano	Controladora	Consolidado
2027	175	175
2028	175	175
2029	175	175
2030	166	166
2031	166	166
Mais de 5 anos	384	384
	1.241	1.241

23. Patrimônio líquido

23.1. Capital Social: Em 17 de dezembro de 2025, dando continuidade ao Plano de Transformação da Estrutura de Capital, foram aprovados pelos acionistas e debenturistas da Companhia o aumento no capital autorizado. O capital autorizado da Companhia em 31 de dezembro de 2025, era de R\$13.250 (R\$9.250 em 31 de dezembro de 2024) dos quais R\$7.098 estavam integralizados (R\$5.450 em 31 de dezembro de 2024). O aumento do capital social será feito por meio de deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço de emissão e as demais condições de emissão. Em 06 de agosto de 2025, foi realizada a conversão da 2ª série de 10ª emissão de debêntures da Companhia (vide detalhes na nota explicativa nº 16 (a)(ii)). A seguir estão os dados do aumento de capital dessa operação.

Data	Ações emitidas (*)	Saldo
06.10.2025	558.791.401	1.648

(*) Saldo de unidade de ações. Foram emitidas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2025 era de R\$6.988 (R\$5.340 em 31 de dezembro de 2024) e estava representado por 653.878 milhares de ações ordinárias nominativas com direito a voto e sem valor nominal.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Capital social integralizado (i)	7.098	5.450	7.098	5.450
Gastos com emissão de ações (ii)	(110)	(110)	(110)	(110)
Capital Social	6.988	5.340	6.988	5.340

(i) Capital social integralizado refere-se aos investimentos realizados na Companhia pelos seus acionistas. (ii) Gastos com emissão de ações são valores diretamente atribuíveis às atividades necessárias para a emissão de ações. **23.2. Ações em tesouraria:** A Companhia possui ações em tesouraria para fazer frente aos programas de incentivo de longo prazo e retenção dos principais executivos da Companhia, em 31 de dezembro de 2025 possuíam a composição abaixo.

Quantidade de ações (em milhares)	Valor (em milhões)
-----------------------------------	--------------------



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 - Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

são consideradas suficientes pela Administração para cobrir possíveis sinistros e podem ser resumidas da seguinte forma:

Coberturas	Riscos cobertos	Montante da cobertura
Imobilizado e estoques	Riscos nomeados	11.158
Lucro	Lucros cessantes	1.517
Automóveis e outros (*)	Perdas e danos	69

(*) Não contempla a cobertura dos casos, os quais estão segurados pelo valor de 100% da tabela da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIEPE). A Companhia mantém apólices específicas referentes aos riscos de responsabilidade civil e administrativos no montante de R\$411.

30. Informações sobre os segmentos
Nos termos do CPC 22 (IFRS 8) - Informação por Segmento, segmentos operacionais são componentes da entidade cujas informações financeiras são regularmente revisadas pelo principal tomador de decisões operacionais ("Chief Operating Decision Maker" - CODM) com o objetivo de alocar recursos e avaliar o desempenho. A Administração da Companhia identificou como principal tomador de decisões operacionais o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva, que acompanham o desempenho e tomam decisões operacionais com base em informações consolidadas. Embora a Companhia atue na comercialização de produtos e na prestação de serviços relacionados, incluindo operações financeiras e digitais, o processo de planejamento estratégico, definição de metas, avaliação de

desempenho, estrutura de capital e decisões de investimento é conduzido de forma integrada, considerando os resultados consolidados da Companhia. Tendo em vista que as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados e que as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, de compras, de investimento e de aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas, conclui-se ser adequado a apresentação das Demonstrações Financeiras da Companhia em segmento único.

31. Transações que não afetam caixa

A Companhia realizou transações que não envolveram caixa ou equivalentes de caixa e que, portanto, não estão refletidas na Demonstração dos Fluxos de Caixa. Tais transações representam atividades relevantes de investimento e financiamento que impactaram a posição patrimonial da Companhia, porém não resultaram em fluxos de caixa no exercício.

Descrição	Notas	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Reconhecimento de ativos de direito de uso e passivos de arrendamento	21	410	504	435	508
Aquisição de imobilizado mediante financiamento	11 e 12	65	37	66	43
Conversão da dívida	16	1.648	-	1.648	-
Debêntures conversíveis	16	1.675	-	1.675	-

32. Eventos subsequentes

(a) **Conversão de debêntures da 3ª série da 11ª emissão em ações:** Em decorrência das solicitações de conversão facultativa recebidas pela Companhia no âmbito da 3ª série da 11ª emissão de debêntures, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital social mediante a emissão de novas ações ordinárias decorrentes da conversão das debêntures. Como resultado desse processo, foram efetivamente entregues *278.138.164 ações ordinárias em 02 de janeiro de 2026, em decorrência da conversão de debêntures da 3ª série da 11ª emissão, e *18.611.483 ações ordinárias entre 02 e 06 de março de 2026, relacionadas a solicitações adicionais de conversão. Dessa forma, a partir da efetiva emissão das ações, os saldos anteriormente registrados no patrimônio líquido como instrumentos patrimoniais a emitir passaram a compor o capital social e reservas de capital da Companhia, sem impacto adicional no resultado. (b) **Liquidação da 4ª série da 11ª emissão de debêntures:** Em 15 de janeiro de 2026, a Companhia efetuou o pagamento integral da 4ª série da 11ª emissão de debêntures, no montante aproximado de R\$ 146, conforme condições estabelecidas na respectiva escritura de emissão. Com a liquidação dessa obrigação, o passivo financeiro correspondente foi integralmente extinto. (c) **Contratação de Cédula de Crédito Bancário ("CCB") ou Nota Comercial:** Em 11 de março de 2026, a Companhia recebeu o compromisso firme de emissão de Cédula de Crédito Bancário ("CCB") ou Nota Comercial pela instituição financeira parceira, no montante de R\$ 1.426. A operação possui prazo de 2 anos, com remuneração correspondente a CDI acrescido de 4,00% ao ano. Os juros serão pagos semestralmente e o principal será liquidado integralmente no vencimento da operação (amortization bullet).

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Renato Carvalho do Nascimento - Presidente	André Luiz Helmeister - Conselheiro Raphael Oscar Klein - Conselheiro	Fernando Alcantara de Figueiredo Beda - Conselheiro Rogério Paulo Calderón Peres - Conselheiro Independente	Claudia Quintella Woods - Conselheira Independente Jackson Medeiros de Farias Schneider - Conselheiro Independente
---	--	--	---

CONSELHO FISCAL

Mauro da Motta - Presidente	André Coji - Membro	Glauber César de Souza - Membro
------------------------------------	----------------------------	--

COMITÊ DE AUDITORIA, RISCOS E COMPLIANCE

Rogério Paulo Calderón Peres - Coordenador	Paulo Romagnoli - Membro Luiz Carlos Passetti - Membro	Jackson Medeiros de Farias Schneider - Membro Paulo Antônio Silvestri - Observador
---	---	---

DIRETORIA

Renato Horta Franklin - Diretor Presidente	Elio Mitsuhiro Ito - Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores Andréa Fernandes Nunes - Diretora Executiva de Gente & Gestão, ESG e Comunicação Fábio Eduardo de Pieri Spina - Diretor Vice-Presidente Jurídico e Tributário	Frédéric Paul Bernard Gauthier - Diretor Vice-Presidente de Operações Adriano Vicente da Silva - Diretor de Contabilidade Adriano Vicente da Silva - Contador 15P271597/O-5
---	---	--

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores da Grupo Casas Bahia S.A. ("Companhia"), em conformidade com o artigo 27, §1º, inciso VI, da Resolução CVM 80/2022, conforme alterada, declaram que revisaram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Renato Horta Franklin Diretor Presidente	Elio Mitsuhiro Ito Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores	Andréa Fernandes Nunes Diretora Executiva de Gente & Gestão, ESG e Comunicação	Fábio Eduardo de Pieri Spina Diretor Vice-Presidente Jurídico e Tributário	Frédéric Paul Bernard Gauthier Diretor Vice-Presidente de Operações
--	--	--	--	---

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores da Grupo Casas Bahia S.A. ("Companhia"), em conformidade com o artigo 27, §1º, inciso V, da Resolução CVM 80/2022, conforme alterada, declaram que revisaram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Renato Horta Franklin Diretor Presidente	Elio Mitsuhiro Ito Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores	Andréa Fernandes Nunes Diretora Executiva de Gente & Gestão, ESG e Comunicação	Fábio Eduardo de Pieri Spina Diretor Vice-Presidente Jurídico e Tributário	Frédéric Paul Bernard Gauthier Diretor Vice-Presidente de Operações
--	--	--	--	---

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Conselho Fiscal da Grupo Casas Bahia S.A. ("Companhia"), no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. Com base nos exames efetuados e nos esclarecimentos prestados pela Administração, considerando, ainda, o parecer dos auditores independentes - Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda., datado de 11 de março de 2026, opinam favoravelmente que os referidos documentos, em todos os aspectos relevantes, estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia a ser convocada, nos termos da Lei nº 6.404/76.

Mauro da Motta - Presidente	São Paulo, 11 de março de 2026 André Coji - Membro	Glauber César de Souza - Membro
------------------------------------	---	--

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA, RISCOS E COMPLIANCE

Aos Srs. Membros do Conselho de Administração da Grupo Casas Bahia S.A. ("Companhia")

1. APRESENTAÇÃO
O Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance da Companhia ("Comitê") é órgão estatutário de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração, de caráter permanente, regido pela legislação e regulamentação aplicável, principalmente pela Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 23/2021, conforme alterada, pelo disposto no Estatuto Social da Companhia e por seu Regimento Interno.

O Comitê foi instalado na reunião do Conselho de Administração de 24 de outubro de 2018, quando da migração da Companhia para o segmento especial de listagem da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, denominado Novo Mercado, sendo atualmente composto por 4 (quatro) membros efetivos e 1 (um) observador. Em 04 de setembro de 2025, o Sr. André Coji renunciou à sua função como membro do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance da Companhia, e em 08 de setembro de 2025, o Sr. Paulo Romagnoli tomou posse como membro independente do referido Comitê, possuindo reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, de acordo com as regras da CVM. Na mesma data, o Sr. Paulo Antônio Silvestri foi eleito como membro observador do referido Comitê, em linha com as disposições do Regimento Interno do Comitê.

Em 30 de dezembro de 2025, o Sr. Jackson Medeiros de Farias Schneider tomou posse como membro independente do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance da Companhia, possuindo reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, de acordo com as regras da CVM. Sendo assim, foi aprovada a nova composição do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, continuando o Sr. Rogério Paulo Calderón Peres no cargo de coordenador, o Sr. Paulo Romagnoli, Luiz Carlos Passetti e Jackson Medeiros de Farias Schneider como membros do Comitê e o Sr. Paulo Antônio Silvestri como membro observador. O mandato dos referidos membros vigorará até a Assembleia Geral Ordinária de 2026.

O Comitê reporta-se ao Conselho de Administração e atua com independência em relação à Diretoria. As suas competências e responsabilidades são de cunho procedimental e não possuem atribuições legais aplicáveis, estatutárias e definidas no seu Regimento Interno.

2. ATIVIDADES DESEMPENHADAS

Nos termos do Regimento Interno do Comitê, as reuniões ordinárias de tal órgão deve ser realizadas, no mínimo, bimestralmente. O Comitê reuniu-se 18 (dezoito) vezes no período de janeiro de 2025 a março de 2026. Todos os assuntos, orientações, discussões, recomendações e pareceres do Comitê foram consignados em atas de reuniões, as quais são assinadas pelos membros presentes do Comitê e permanecem arquivadas na sede da Companhia, assim como na plataforma utilizada pela área de Governança Corporativa da Companhia.

As principais atividades realizadas pelo Comitê no período de janeiro de 2025 a março de 2026 foram:

- (a) Análise e recomendação acerca do Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024;
- (b) Avaliação e recomendação acerca da renovação do contrato com os Auditores Independentes (E&Y), para o exercício de 2025;
- (c) Análise e recomendação acerca das informações financeiras da Companhia e da banQi referentes às revisões trimestrais de março e junho de 2025;

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores do

Grupo Casas Bahia S.A.
São Paulo - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo Casas Bahia S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e contábeis financeiras aplicáveis. Os resultados de nossos procedimentos, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 19.d às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve a projeção de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos, reconhecidos até 31 de dezembro de 2025, com base em prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, e também sobre as diferenças temporárias, antes de provisão para realização, no montante total de R\$6.669 milhões na controladora, e R\$7.121 milhões no consolidado. A realização desses tributos diferidos ativos depende da geração futura de lucros tributáveis suficientes para que os prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias possam ser utilizados. Há uma incerteza relacionada ao prazo de realização dos lucros tributáveis futuros e consequentemente ao prazo de realização deste ativo. Nossa opinião não está ressaltada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentada no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nos cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder à nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos acima, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

Conforme divulgado na nota Explicativa nº 19, a Companhia possui contabilizado imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos no montante líquido de R\$4.759 milhões na controladora, e R\$5.122 milhões no consolidado, em 31 de dezembro de 2025, calculados sobre prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social, bem como sobre diferenças temporárias ativas e passivas. A Companhia possui a recuperabilidade do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos como base em projeção de lucros tributáveis futuros, elaboradas com base no plano de negócios da Companhia, o qual foi aprovado pela diretoria e pelos órgãos de governança da Companhia. Consideramos como um principal assunto de auditoria uma vez que a referida avaliação elaborada pela diretoria da Companhia envolve alto grau de julgamento profissional na determinação de suas premissas e critérios utilizados nas projeções de lucros tributáveis futuros da Companhia, que podem ser afetados por condições econômicas e de mercado, que não estão sob o controle da diretoria ou da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto: (i) análise da base fiscal que dá origem ao imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos; (ii) comparação da assertividade das projeções realizadas em períodos anteriores em relação ao desempenho atingido pela Companhia no exercício; (iii) envolvimento de profissionais especializados em projeções financeiras e em impostos sobre a renda para nos auxiliarem na avaliação das premissas e da metodologia utilizada pela diretoria, em particular aquelas relacionadas às projeções de lucros tributáveis futuros, incluindo a taxa de crescimento da receita e margem anual, razoabilidade das variações das demais contas que compõem o resultado projetado, bem como o prazo estimado de realização desse saldo credor; (iv) auxílio de nossos especialistas em análise de dados contábeis, contábeis e fiscais, e compararmos os dados das projeções com dados de fontes externas disponíveis; (v) avaliação da adequação das divulgações relacionadas a esse assunto na nota explicativa nº 19 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025. Como resultado desses procedimentos incluímos parágrafo de ênfase em nosso relatório acerca da incerteza quanto ao período de realização, sem modificar a nossa opinião sobre o tema.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistente com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis os critérios e premissas adotados pela diretoria na avaliação sobre a recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 19, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Reestruturação de capital com modificação de dívida (debêntures)

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 16 e nº 23, como parte do processo de repêlimento de dívidas da estrutura de capital da Companhia, em 06 de agosto de 2025, foi realizada a conversão antecipada da 2ª série da 10ª emissão de debêntures ("10ª emissão"), no valor de R\$1.648 milhões. Adicionalmente, em 23 de dezembro de 2025, a Companhia concluiu a oferta da 11ª emissão de debêntures ("11ª emissão"), no montante de R\$2.408 milhões, estruturada em quatro séries, sendo a 1ª e 4ª séries não conversíveis em ações, e a 2ª e 3ª séries conversíveis em ações ordinárias da Companhia, através de oferta pública de distribuição, podendo ser utilizadas em substituição parcial às debêntures da 10ª emissão. A oferta da 11ª emissão contou com a adesão de aproximadamente 90,5% dos titulares da 10ª emissão. Tendo em vista a substituição substancial das condições originalmente pactuadas com a 10ª emissão, a Companhia concluiu tratar-se de uma modificação substancial, resultando assim na extinção da 10ª emissão e no reconhecimento contábil da 11ª emissão, da seguinte forma: i) como novos instrumentos financeiros - para os investidores da 10ª emissão que não optaram por migrar para a 11ª emissão e para os investidores que optaram por migrar para as séries 1ª, 3ª e 4ª da 11ª emissão, e; ii) como instrumentos patrimoniais - para todos os investidores que migraram para a 2ª série da 11ª emissão, por serem mandatoriamente conversíveis, e também para a parcela correspondente à opção de conversão contida na 3ª série da 11ª emissão. Em 31 de dezembro de 2025, além da parcela mandatoriamente conversível, parte substancial da 3ª série já havia sido exercida e com isso, o valor total de R\$1.675 milhões foi reconhecido como reserva de capital, no patrimônio líquido, remanescente o valor de R\$429 milhões, mantido como empréstimos e financiamentos, referente à parcela não convertida da 10ª emissão e à parcela a vencer da 11ª emissão.

A Companhia avaliou o processo de reestruturação de capital da Companhia e devido às mudanças relevantes na natureza das dívidas relacionadas à 10ª e 11ª emissões, incluindo aquelas conversíveis em ações ordinárias da Companhia, e concluiu por enquadrá-las como uma "mudança substancial" da dívida, procedendo com a reversão dos valores da obrigação original e reconhecendo nova obrigação com termos e condições substancialmente diferentes, inicialmente ao seu valor justo, em contrapartida ao resultado do exercício, gerando uma despesa líquida no montante de R\$42 milhões, antes dos efeitos dos tributos. A Companhia designou as 1ª, 3ª e 4ª séries da 11ª emissão como instrumentos financeiros e a aplicação adequada e consistente durante o exercício e subsequentemente; (ii) leitura e análise dos documentos relacionados aos procedimentos de auditoria, incluindo a metodologia utilizada pela diretoria, em particular aquelas relacionadas às projeções de lucros tributáveis futuros, incluindo a taxa de crescimento da receita e margem anual, razoabilidade das variações das demais contas que compõem o resultado projetado, bem como o prazo estimado de realização desse saldo credor; (iv) auxílio de nossos especialistas em análise de dados contábeis, contábeis e fiscais, e compararmos os dados das projeções com dados de fontes externas disponíveis; (v) avaliação da adequação das divulgações relacionadas a esse assunto na nota explicativa nº 19 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025. Como resultado desses procedimentos incluímos parágrafo de ênfase em nosso relatório acerca da incerteza quanto ao período de realização, sem modificar a nossa opinião sobre o tema.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistente com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis os critérios e premissas adotados pela diretoria na avaliação sobre a recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 19, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Reestruturação de capital com modificação de dívida (debêntures)

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 16 e nº 23, como parte do processo de repêlimento de dívidas da estrutura de capital da Companhia, em 06 de agosto de 2025, foi realizada a conversão antecipada da 2ª série da 10ª emissão de debêntures ("10ª emissão"), no valor de R\$1.648 milhões. Adicionalmente, em 23 de dezembro de 2025, a Companhia concluiu a oferta da 11ª emissão de debêntures ("11ª emissão"), no montante de R\$2.408 milhões, estruturada em quatro séries, sendo a 1ª e 4ª séries não conversíveis em ações, e a 2ª e 3ª séries conversíveis em ações ordinárias da Companhia, através de oferta pública de distribuição, podendo ser utilizadas em substituição parcial às debêntures da 10ª emissão. A oferta da 11ª emissão contou com a adesão de aproximadamente 90,5% dos titulares da 10ª emissão. Tendo em vista a substituição substancial das condições originalmente pactuadas com a 10ª emissão, a Companhia concluiu tratar-se de uma modificação substancial, resultando assim na extinção da 10ª emissão e no reconhecimento contábil da 11ª emissão, da seguinte forma: i) como novos instrumentos financeiros - para os investidores da 10ª emissão que não optaram por migrar para a 11ª emissão e para os investidores que optaram por migrar para as séries 1ª, 3ª e 4ª da 11ª emissão, e; ii) como instrumentos patrimoniais - para todos os investidores que migraram para a 2ª série da 11ª emissão, por serem mandatoriamente conversíveis, e também para a parcela correspondente à opção de conversão contida na 3ª série da 11ª emissão. Em 31 de dezembro de 2025, além da parcela mandatoriamente conversível, parte substancial da 3ª série já havia sido exercida e com isso, o valor total de R\$1.675 milhões foi reconhecido como reserva de capital, no patrimônio líquido, remanescente o valor de R\$429 milhões, mantido como empréstimos e financiamentos, referente à parcela não convertida da 10ª emissão e à parcela a vencer da 11ª emissão.

A Companhia avaliou o processo de reestruturação de capital da Companhia e devido às mudanças relevantes na natureza das dívidas relacionadas à 10ª e 11ª emissões, incluindo aquelas conversíveis em ações ordinárias da Companhia, e concluiu por enquadrá-las como uma "mudança substancial" da dívida, procedendo com a reversão dos valores da obrigação original e reconhecendo nova obrigação com termos e condições substancialmente diferentes, inicialmente ao seu valor justo, em contrapartida ao resultado do exercício, gerando uma despesa líquida no montante de R\$42 milhões, antes dos efeitos dos tributos. A Companhia designou as 1ª, 3ª e 4ª séries da 11ª emissão como instrumentos financeiros e a aplicação adequada e consistente durante o exercício e subsequentemente; (ii) leitura e análise dos documentos relacionados aos procedimentos de auditoria, incluindo a metodologia utilizada pela diretoria, em particular aquelas relacionadas às projeções de lucros tributáveis futuros, incluindo a taxa de crescimento da receita e margem anual, razoabilidade das variações das demais contas que compõem o resultado projetado, bem como o prazo estimado de realização desse saldo credor; (iv) auxílio de nossos especialistas em análise de dados contábeis, contábeis e fiscais, e compararmos os dados das projeções com dados de fontes externas disponíveis; (v) avaliação da adequação das divulgações relacionadas a esse assunto na nota explicativa nº 19 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025. Como resultado desses procedimentos incluímos parágrafo de ênfase em nosso relatório acerca da incerteza quanto ao período de realização, sem modificar a nossa opinião sobre o tema.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistente com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis os critérios e premissas adotados pela diretoria na avaliação sobre a recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 19, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

- (d) Análise e recomendação acerca das informações financeiras da Companhia referentes à revisão trimestral de setembro de 2025;
- (e) Análise e recomendação acerca das informações financeiras da Companhia referentes ao período encerrado em 31 de dezembro de 2025;
- (f) Acompanhamento do plano de trabalho da Auditoria Externa da Companhia referente ao exercício social de 2025;
- (g) Acompanhamento dos trabalhos e plano anual da Auditoria Interna durante o exercício social de 2025;
- (h) Análise de recomendação acerca da atualização da Política Corporativa de provisão de demandas trabalhistas da Companhia;
- (i) Análise e aprovação do Plano de Trabalho da Auditoria Interna anual de 2026;
- (j) Acompanhamento dos trabalhos conduzidos pela área de Controles Internos Riscos e Compliance durante o exercício social de 2025, incluindo, mas não se limitando aos resultados do Canal de Denúncias e Mapas de Riscos;
- (k) Acompanhamento dos indicadores de Canal de Denúncia: principais volumetrias, temáticas, desfechos e informações gerenciais das alegações (unidade de gestão, região etc.);
- (l) Atualização de políticas corporativas e submissão do tema ao Conselho de Administração;
- (m) Avaliação da Auditoria Interna;
- (n) Análise e recomendação acerca do relatório da administração, das contas dos administradores e das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

3. CONCLUSÕES

Os membros do Comitê, no exercício de suas atribuições, procederam ao exame e análise do relatório da administração, das contas dos administradores e das demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório dos Auditores, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo Comitê quanto ao fechamento das demonstrações financeiras, em especial decorrente das informações prestadas pela Companhia, seus Auditores Independentes, os membros do Comitê manifestam que não encontraram objeção no encaminhamento dos referidos documentos para a devida aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia, com a posterior recomendação de aprovação aos Acionistas em Assembleia Geral.

São Paulo, 11 de março de 2026 Rogério Paulo Calderón Peres Coordenador Paulo Romagnoli - Membro Luiz Carlos Passetti - Membro Jackson Medeiros de Farias Schneider - Membro Paulo Antônio Silvestri - Observador

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) a avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia e suas controladas para a classificação de perdas sobre as ações judiciais e processos administrativos, incluindo a avaliação do julgamento sobre a mensuração de montantes a serem registrados como provisão e a aplicação adequada e consistente do julgamento durante os exercícios apresentados; (ii) análise da suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgados e que levaram em consideração as avaliações preparadas pelos assessores jurídicos internos e externos da Companhia; (iii) obtenção de confirmações dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia sobre o estágio atual e classificação de riscos de perdas dessas ações judiciais e processos administrativos; (iv) envolvimento de nossos especialistas das áreas de impostos e de assuntos controversos, na análise das probabilidades de perda das disputas judiciais nos âmbitos tributários, trabalhistas e civis, e do modelo de cálculo adotado pela Companhia para constituição da provisão; e (v) avaliação da adequação das divulgações da Companhia em notas explicativas às demonstrações financeiras, em relação ao assunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistente com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as premissas utilizadas para a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as políticas de reconhecimento de provisão da Companhia derivadas da avaliação da probabilidade de perdas das causas para suportar os julgamentos e estimativas adotadas pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 20, sob aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Continuidade operacional

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas utilizando-se do pressuposto da continuidade operacional, tendo como premissa o fato de que a Companhia e suas controladas estão em atividade e irão se manter em operação por um futuro previsível de no menos 12 meses, a partir da data das demonstrações financeiras. Essa premissa leva em consideração o pressuposto de que a diretoria não pretende liquidar a entidade ou interromper as operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista além dessas. A nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas detalha como a diretoria da Companhia concluiu que há expectativas quanto a sua habilidade de continuidade operacional, para suportar a preparação das demonstrações financeiras com o uso deste pressuposto. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta nas suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, prejuízo no exercício de R\$2.988 milhões e prejuízos acumulados de R\$7.297 milhões, além de possuir dívidas onerosas registradas no passivo circulante, e apresentar passivo circulante maior que o ativo circulante em R\$10.763 milhões, na controladora, e, R\$7.419 milhões, no consolidado.

Em razão do alto grau de julgamento relacionado à premissa base dessa avaliação de continuidade operacional, especificamente associada à determinação das projeções de fluxo de caixa futuro, e do impacto que qualquer mudança significativa nessas premissas poderia ter na avaliação do pressuposto de continuidade operacional, e, consequentemente, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos este um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) obtenção e análise da avaliação financeira preparada pela Companhia e da avaliação das projeções de fluxos de caixa preparadas pela Companhia para os próximos 12 meses, a partir da data do balanço; (ii) avaliação das premissas utilizadas na determinação das projeções de fluxos de caixa, considerando resultados relacionados, dados externos e condições de mercado, bem como a consistência das projeções efetuadas comparadas com o realizado para os últimos anos; (iii) leitura dos termos contratuais de debêntures, considerando potencial violação relevante ou novos termos e condições sobre os covenants, como também das atas de reuniões de acionistas, dos responsáveis pela governança e de comitês relevantes; (iv) análise dos efeitos contábeis decorrentes da 11ª emissão de debêntures no contexto do repêlimento da estrutura de capital da Companhia e os impactos dessa transação sobre as projeções preparadas pela diretoria com o auxílio dos especialistas em projeções financeiras; e (v) avaliação das divulgações da Companhia, incluídas na nota explicativa nº 1, das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistente com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as premissas utilizadas pela diretoria sobre o pressuposto de continuidade operacional da Companhia, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 1, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado
Demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar